

**Ata número dezoito**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE JUNHO DE 2024 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BELMONTE**

*Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e quatro, pelas 10:00 horas, na Sala da Assembleia no Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Belmonte.*

*Aberta a Sessão sob a presidência do Excelentíssimo Presidente Amândio Manuel Ferreira Melo, comigo Anabela Cristina Marques Gaspar Teixeira, segunda secretária da Mesa e verificou-se a presença dos seguintes membros:*

*Da lista do Partido Socialista - PS:*

*Luís António Pinto de Almeida, David Augusto Canelo, Patrícia Isabel Elvas Eusébio, João André Botão dos Santos e Carla Marina Ascensão Cruz em substituição de Artur Elvas.*

*Da lista do Partido Social Democrata - PPD/PSD:*

*António Manuel Cardoso Marques, Acácio Bernardo Nunes Dias, Telma Alexandra Nave Neves de Matos, Tiago André Alves dos Santos Duarte Gaspar, José Carlos Bonifácio Alves, Carlos Manuel Pinheiro Gomes em substituição de Margarida Saraiva Paiva e Humberto José Geraldês Barroso.*

*Da lista Coligação Democrática Unitária - PCP/PEV:*

*Rosa Maria Sequeira Silva Coutinho.*

*Estiveram também presentes nesta Sessão, o Presidente da União de Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, Hugo Adolfo dos Santos Taborda, o Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Silvério Gavinhos Quelhas, o Presidente da Junta de Freguesia de Inguias, Joaquim Luís Nunes Adolfo e o Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas, Carlos Manuel Teixeira Amaro.*

*Tomada a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, verificou que existia quórum e informou que a mesma iria funcionar com 19 presenças.*

*Deu por aberta a Sessão e passou a ler a Ordem de Trabalhos que vai ficar arquivada em pasta anexa e se transcreve:*

**1- 1º Período de Intervenção do Público**

- 2- *Período Antes da Ordem do Dia*
- 3- *Período da Ordem do Dia*
  - 3.1- *Apreciação e votação da ata da Sessão anterior*
  - 3.2- *Informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a Atividade e Situação Financeira do Município*
  - 3.3- *Apreciação e votação da adenda ao relatório de ponderação da discussão pública |Revisão do Plano Diretor Municipal de Belmonte*
  - 3.4- *Apreciação e votação da Declaração do Interesse Municipal do Complexo Desportivo da Associação Caça e Pesca do Concelho de Belmonte;*
  - 3.5- *Apreciação e votação da Denúncia de Protocolo de Exploração das Piscinas Municipais de Caria*
  - 3.6- *Apreciação e votação da 1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2024*
  - 3.7- *Apreciação e votação das Contas Consolidadas do Município de Belmonte 2023*
  - 3.8- *Apreciação e votação da revisão de preços de entradas das Piscinas Municipais 2024*
  - 3.9- *Apreciação e votação do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PAPERSU)*
  - 3.10- *Para conhecimento - Pedido de Contrato de Comodato entre o Município de Belmonte e a CCC - Associação Cinema, Cultura e Ciência - Exploração, com execução de obras do piso inferior da Loja do Cidadão*
- 4- *2º Período de Intervenção do Público*

#### **1 – 1º Período de Intervenção do Público**

*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que iria passar ao Período de Intervenção do Público e passou a palavra ao Munícipe interessado.*

*Existiu apenas uma inscrição.*

*O Munícipe Senhor Olivier Soares, tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.*

*“Cumprimento todos os membros desta Assembleia, Membros do Executivo, Comunicação Social e Público aqui presente.*

*Trago aqui dois pontos*

*O primeiro ponto é dirigido ao Senhor Vereador, Senhor Carlos Afonso. Na reunião de Câmara do dia 20 de junho o Senhor Vereador disse que “também já ando cansado das novelas de Caria e voto a favor”, ora fiquei curioso em saber a que novelas*

*o Senhor se refere e de que tipo? Novelas de romance? Novelas históricas? Ou as mais empolgantes, as que envolvem intrigas?*

*Como dizem os nossos amigos brasileiros é preciso “ter cara de pau” para proferir a frase que o Senhor proferiu.*

*O segundo ponto não traz questões, mas sim uma reflexão sobre diferenças de tratamento.*

*Como pode o Executivo Municipal ter votado em reunião de Câmara uma situação tão extrema como a retirada da gestão das Piscinas Municipais baseada num cartaz anónimo.*

*Tal como o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Belmonte disse nessa reunião de Câmara Municipal, “não ter dúvidas ao atribuir a autoria do cartaz à Junta de Freguesia de Caria”, porque não apresenta essas provas? Porque toma decisões baseado em suposições?*

*Falando em suposições versus factos, aqui vai uma comparação, no dia 15 de Julho de 2022 o Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre emitiu um comunicado ameaçando a Câmara Municipal de Belmonte com o fecho da piscina das crianças por manutenção insuficiente e falhas na mesma, informando que seria fechado no dia de início das férias aquáticas das crianças e pedindo responsabilidades à mesma Câmara Municipal pelos prejuízos causados à Junta de Freguesia. Repito, foi um comunicado Público com um ultimato à Câmara Municipal de Belmonte.*

*Pergunto ao Executivo da Câmara Municipal de Belmonte e aos Senhores Vereadores, perante esta tomada de posição se nessa semana do dia 15 de julho de 2022 houve alguma reunião de Câmara Municipal com esse ponto?*

*Tomaram logo a decisão célere sobre a retirada da gestão das piscinas à Junta de Freguesia da União de freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre?*

*Os funcionários da Câmara Municipal de Belmonte em menos de 24h tomaram de assalto as Piscinas Municipais de Belmonte?*

*Tomaram as mesmas medidas como as que tomaram para com a Junta de Freguesia Caria?*

*Não, Não houve reunião de Câmara com esse ponto*

*Não houve nenhuma decisão como a que tomada para com a Freguesia de Caria e porquê?*

*A conclusão é que, baseado em cartazes anónimos e em redes sociais tomam decisões a propósito da Freguesia de Caria, enquanto que outros podem fazer as ameaças que quiserem, que os problemas deles serão sempre resolvidos, sem nenhuma consequência, conclusão, que também diz, que não é um problema de equidade, mas sim de cor política. Os Senhores ficam incomodados com o excelente trabalho que vem a ser feito pelo atual Executivo da Freguesia de Caria, como já foi referido nesta Assembleia pelo próprio Presidente da Câmara Municipal.*

*Tomara tanto eu, como os Municípios de Belmonte, que os Membros do Executivo Municipal e desta Assembleia tivessem a paixão e o poder reivindicativo pela sua terra, como o faz o atual Executivo da Freguesia de Caria e ainda convém realçar, por uma pessoa que não é de cá, como depreciativamente disse o Senhor Presidente da Câmara Municipal na última Sessão da Assembleia Municipal.*

*Noto que, nada tenho a apontar ao Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre que na altura fez o que lhe competia na defesa da sua Freguesia, pelo que, lhe manifesto apreço. Esse comunicado foi referido face ao tratamento parcial e desigual por parte da Câmara Municipal de Belmonte em relação às duas Freguesias.”*

*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, não estava presente na Sessão, uma vez que se encontrava a gozar o seu período de férias. Seguidamente passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, para responder a todas as questões que tinham sido apresentadas pelo Município Senhor Olivier Soares.*

*O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para que fosse passada a palavra ao Senhor Vereador da Câmara Municipal de Belmonte, Carlos Afonso.*

*O Senhor Vereador da Câmara Municipal de Belmonte, Carlos Afonso, tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente informou o Município, Senhor Olivier Soares, que gostava do concelho de Belmonte e por isso estava farto das guerras que não tinham qualquer razão de existirem.*

*O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e informou que uma vez que o assunto das Piscinas Municipais de Caria iria ter um ponto específico, só aí é que iria responder às questões colocadas.*

## **2 - Período Antes da Ordem do Dia**

*O Senhor Presidente da Assembleia questionou os respetivos membros sobre a apresentação de algum assunto.*

*Informou que ontem ao final da tarde tinha rececionado um e-mail do Senhor Presidente da Comissão de Poder Local e Coesão Territorial, Deputado Bruno Nunes, com uma Nota Informativa relativamente aos processos de desagregação das freguesias.*

*Informava essa Nota informava que a 12 de junho, tinha sido “reativada” a “Comissão Técnica de Avaliação”, devido à mudança da Assembleia da República e das Comissões.*

*Referiu ainda, que se iria entregar essa Nota Informativa a todos os Membros da Assembleia Municipal e à Junta de Freguesia.*

*Deu conhecimento que no dia 26/06/2024, tinha ocorrido a reunião da Comissão Permanente, onde o Senhor Deputado Acácio Dias (PPD/PSD), tinha apresentado um Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Professor Mário Inácio Dias Duarte, tendo sido subscrito por unanimidade.*

*O Senhor Deputado Acácio Dias (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou o seu Voto de Pesar que se transcreve integralmente.*

*“Voto de Pesar*

*Faleceu recentemente o ilustre professor Mário Inácio Dias Duarte.*

*Um professor que ensinou as primeiras letras a muitos alunos da nossa vila.*

*Um empresário que esteve na primeira linha da indústria de confeções através da criação da cooperativa CESBEL.*

*Um cidadão que esteve sempre disponível para atender a horas ou fora delas quem em aflição se dirigia à farmácia.*

*Merecedor da nossa gratidão, apresentamos nesta Assembleia um Voto de Pesar pelo seu falecimento.”*

*Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação do “Voto de Pesar ao Senhor Professor Mário Inácio Dias Duarte” através de braço no ar.*

*----- Concluída a votação verificaram-se **0** votos contra, **0** abstenções e **19** votos a favor pelo que o “Voto de Pesar ao Senhor Professor Mário Inácio Dias Duarte” foi aprovado por **unanimidade** dos presentes na votação.*

*O Senhor Deputado Acácio Dias (PPD/PSD), retomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.*

*“Pese embora o fato de por várias vezes termos nós abordado este assunto, permitimo-nos mais uma vez recomendar ao Exmo. Executivo que dedique a estes assuntos a merecida atenção.*

*Retretes públicas:*

*Continuam por iniciar as prometidas obras de instalação de uma retrete pública junto ao edifício da Loja do Cidadão.*

*Continuam inoperacionais as retretes no Parque de São Tiago.*

*Continua fechada as retretes no Parque António Guterres.*

*Continuam a existir desconformidades nas retretes junto ao Jardim.*

#### Mobilidade

*Afinal não somos todos iguais; Nas grandes cidades e Vilas do litoral os impostos de todos, financiam os transportes públicos. E assim, passeiam-se livremente com um passe mensal de alguns euros. Nós, que vivemos neste esquecido interior, não temos sequer um transporte público que nos ligue às nossas localidades vizinhas.*

*Para quando senhor Presidente uma rede de transportes públicos que nos ligue às principais localidades vizinhas?*

*E já agora, não seria possível adquirir bilhetes de transporte para os autocarros e para a CP na loja do cidadão, como aqui oportunamente sugeri?*

#### Ambiente:

*Com o aproximar da estação quente, relembramos a necessidade de higienizar os contentores de resíduos.*

*Tive conhecimento de que a Câmara tem já em seu poder os contentores para entrega à população, para recolha de lixo orgânico para reciclagem seletiva. Verdade ou mentira e para quando a entrega e início da recolha seletiva.*

*Somos todos os dias solicitados para a defesa ambiental; Parece que aos poucos a população se vai consciencializando; no entanto parece não haver no ato da recolha do lixo a devida atenção. Veja-se o caso das pilhas elétricas colocadas no pilhão. Ao despejar o lixo, despejam-se as pilhas para o chão.*

#### Proteção Civil:

*Houve recentemente trovoadas com acentuada queda de água o que originou ao arrastamento de detritos na via pública e para os sumidouros. Regista-se, no entanto, que os mesmos continuam por limpar, bem como continuam as areias na via rodoviária.*

*Existe na via pública junto à Rotunda das Ovelhas há mais de trinta dias um buraco na estrada, que embora assinalado, parece ninguém ver, ou ninguém querer ver.*

*A reparação não será dispendiosa nem morosa, mas parece que se aguarda que alguém caia no buraco para vir pedir indemnização à Câmara e só então esta dar conta. É caso para dizer: Haja mais comida e menos pratos..."*

*Para terminar frisou que iria entregar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, algumas fotografias daquilo que tinha referido aquando da sua intervenção, a fim de serem entregues ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, de forma que não ficasse apenas pelas suas palavras.*

*O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.*

*"Sr. Vice-Presidente, vivemos mais uma semana dedicada à trica, à intriga e à suposição. Com base na atribuição fácil de culpas, o concelho perdeu, e fez perder a muita gente, uma semana de trabalho, que deveria ser produtiva e de serviço à*

população, sempre no respeito das relações institucionais e dos acordos assinados. Sr. Vice-Presidente, o julgamento público feito pelo Executivo Municipal sobre a Junta de Freguesia de Caria foi um episódio triste e não dignifica a política. O julgamento sumário e a reação a quente, perfeitamente extemporânea, não contribuem para o progresso do concelho. Sempre que há dúvidas, manda o bom senso que se oiçam as partes, e lamentavelmente isso não aconteceu. Pelo contrário, foram tomadas medidas pouco dignificadoras da vida pública, tais como arrambar portas e mudar fechaduras. Sr. Vice-Presidente, ainda vamos a tempo. Fica aqui o desafio para que este erro seja corrigido o quanto antes.

Para não me alongar, queria falar-lhe apenas de um outro assunto. É público e conhecido o plano de expansão de uma cadeia de supermercados, o Continente Bom dia, em vilas de pequena e média dimensão. Nesse plano está contemplada felizmente a vila de Belmonte. Tanto quanto é público, o processo de instalação em vários locais está concluído, mas em Belmonte ainda não. Seguramente todos reconhecemos que mais alternativas, mais concorrência, mais dinamismo, mais emprego ajudarão o concelho a combater um certo marasmo de que falamos há muito tempo, e permitirá reduzir os movimentos regulares de concidadãos para outros concelhos que vão aí fazer as suas compras. Neste contexto, deixo-lhe duas perguntas Sr. Vice-Presidente

1- Há, e se há, qual o obstáculo à instalação do Continente no nosso concelho?

2- Para quando a sua abertura?

Obrigado.”

A Senhora Deputada Telma Matos (PPD/PSD), tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.”

“Os problemas ambientais estão na ordem do dia, falar sobre sustentabilidade, transição energética e mitigação das alterações climáticas é pertinente.

No entanto, a escassez hídrica será sempre o problema que maior impacto terá na vida das populações. Da água disponível no planeta apenas 1% é doce e dessa menos de um 1/3 nos está acessível. Alterar os nossos comportamentos para diminuir o desperdício é urgente. A Entidade reguladora dos serviços de água e resíduos – ERSAR, no seu relatório anual, refere que no concelho de Belmonte o volume anual de água tratada foi de 848 208 m<sup>3</sup>, desses apenas foram faturados 289 785 m<sup>3</sup> com perdas reais de 534 483 m<sup>3</sup>/ano, com os custos inerentes a esse desperdício. O volume de água perdida de acordo com os dados do regulador correspondeu a 108l/ramal dia o que representa uma avaliação mediana.

Tendo em conta os números significa que 63% da quantidade da água tratada é perdida ao longo da rede de distribuição, 63% do volume de água pronta a consumir é desperdiçada.

*O Município de Belmonte é a entidade titular, que assegura o serviço da água, sendo da sua responsabilidade a conceção, exploração, conservação e manutenção, no entanto tem mantido uma ineficaz política de gestão das infraestruturas sem que ações de manutenção permitissem uma real reabilitação da rede.*

*No mesmo relatório a ERSAR, refere ainda que no concelho de Belmonte grande parte das perdas reais de água tem origem nas infraestruturas envelhecidas e que o município não indicou esse mesmo nível. Diz também que nos últimos 5 anos a entidade responsável pelo abastecimento não reabilitou anualmente as condutas com mais de 10 anos, o que corresponde a uma avaliação insatisfatória.*

*Bem sabemos, que o custo dessa intervenção será danosa para os contos do Município e por isso consideramos ser urgente uma intervenção de diagnóstico para a realização de um planeamento equilibrado e responsável. Quanto mais tempo passa maior a degradação dos materiais e maior será o desperdício.*

*A água representa um dos recursos naturais mais importantes para a humanidade, assim como para os demais seres vivos.*

*Estatísticas da Organização das Nações Unidas (ONU) revelam que aproximadamente, 2,1 bilhões de pessoas, não tem acesso a água tratada e que a falta de água potável causa a morte de 1,7 milhão de crianças por ano, a devido a doenças como cólera, e malária.*

*A solução deve passar pela conscientização principalmente no que ao uso e consumo consciente deste recurso diz respeito.*

*A consciência deste drama tem de ser suficiente para tomar a iniciativa e resolver este problema. Não podemos desperdiçar 63% do volume de água que tratamos. A inércia não é uma postura responsável nem aceitável.”*

*O Senhor Deputado Luís António (PS), tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente aludiu que iria referir os atletas que recentemente no mês de junho se tinham destacado no nosso concelho nas várias modalidades designadamente o Mário Cabeças e o Sérgio Gomes, Campeões do mundo de Clubes de Pesca Desportiva, o Simão Almeida e a Constança Caronho, Campeões Nacionais de BTT e por fim a atleta Ana Caramelo que tinha vencido mais uma vez a Taça Portugal Feminina de Elite.*

*Asseverou que o talento e a dedicação destes desportistas tinham trazido prestígio e reconhecimento à região, celebrando vitórias, desejando assim aos atletas as maiores felicidades e que continuassem a ser uns verdadeiros campeões.*

*Posteriormente saudou o Museu dos Descobrimentos de Belmonte, por ter pelo segundo ano consecutivo recebido o prémio cinco estrelas, sendo que a avaliação envolvia muita gente e que de certa maneira tinha vindo enaltecer e prestigiar o nosso concelho.*

*Saudou também, a Empresa Municipal de Belmonte, uma vez que era esta que geria os museus e a Câmara Municipal de Belmonte que era a principal acionista desta*

*empresa, aos trabalhadores e porque não a todos os anteriores Executivos e às pessoas envolvidas na promoção e que tinham apostado nesta estratégia dos museus que muito têm dignificado o nosso concelho e que têm posto o nosso concelho no mapa.*

*Frisou que como era do conhecimento de todos tinham ocorrido eleições legislativas e eleições para o Parlamento Europeu, em que tinha havido resultados diferentes a nível nacional, enquanto a nível local e distrital o Partido Socialista, continuou a ganhar as eleições com maioria e a ser o partido mais votado no nosso concelho e no nosso distrito, deixou assim uma saudação especial a todos aqueles que apostaram no Partido Socialista.*

*Asseverou que não poderia deixar de falar nas portagens. Aludiu que no dia 21/12/2023, ainda não tinham ocorrido as eleições, e que o Senhor Líder da Bancada do PSD, tinha-o questionado uma vez que ele era apoiante do Dr. Pedro Nunes Santos, se o poderia esclarecer o que pensava o novo Secretário-Geral do Partido Socialista, relativamente às portagens. Sendo que a resposta do novo Secretário-Geral estava á vista, pois, o mesmo tinha prometido que as portagens iriam ser eliminadas tendo o mesmo feito a proposta de eliminar as mesmas, proposta essa que foi aprovada na Assembleia da República.*

*Recordou que durante muitos anos se tinha andado a votar contra as portagens, nomeadamente em 2011 e 2019, tendo esta Assembleia Municipal se pronunciado contra as portagens e sendo sempre aprovada com os votos de todos os partidos que representavam na altura a Assembleia Municipal.*

*Relembrou ainda os presentes, nomeadamente o Senhor Deputado Acácio Dias (PPD/PSD), que na altura também fazia parte da Assembleia Municipal de Belmonte, tendo o mesmo nessa altura mencionado o seguinte: “lembro que a A23 substitui o antigo IP2 e por isso ficamos privados dele, por isso não devemos pagar as portagens”, ou seja, já nesta altura se tinham manifestado contra as portagens. Todavia, no seu entendimento iria ser uma realidade, ou em vez daquilo que tinha sido prometido na campanha, só lamentava o facto de o PSD e o CDS tivessem votado contra, designadamente os Senhores Deputados do Interior, que na campanha eleitoral também tinham manifestado /prometido que também eram contra as portagens, sendo que depois tinham votado a favor das portagens assim como a maioria do PSD.*

*O Senhor Deputado Acácio Dias (PPD/PSD), tomou a palavra e lembrou o Senhor Deputado Luís António (PS), que o próprio não mudava de opinião conforme a “direção do vento”. Recordo-o também que sempre tinha sido contra o pagamento das portagens, enquanto o Partido Socialista, o tempo que tinha estado no governo tinha sido contra a abolição das portagens, sendo que apenas era a favor da sua abolição parcial. Todavia, agora na oposição era a favor da abolição total das portagens.*

*O Senhor Deputado Luís António (PS), retomou novamente a palavra e aludiu que apenas tinha falado do que estava registado em ata e que era público, sendo que qualquer pessoa podia consultar qual tinha sido a posição do Senhor Deputado Acácio Dias (PPD/PSD). Contudo não poderiam esquecer que o antigo governo que tinha estado em funções era o governo liderado pelo Dr. António Costa, sendo que posteriormente tinha sido apresentado um novo Secretário-Geral com um novo programa. Esse programa vinha dizer ao interior e que também era público para todos que o atual Secretário-Geral, era a favor da eliminação das portagens e não da redução. Logo não se deveriam refugiar naquilo que dizia o antigo governo, uma vez que existia um novo Secretário-Geral, uma nova política e um novo programa.*

*O Senhor Deputado Carlos Gomes (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.*

*“Pedi à mesa da Assembleia Municipal, todos os documentos recebidos por esta, sobre a desagregação da Freguesia de Colmeal da Torre. Pedi ainda, cópia do contrato de compra e venda, do terreno onde está implementado o Centro Interpretativo Centum Cellas, em Colmeal da Torre.*

*Queria agora voltar-me para Sr. Deputado, Luís António, em 8 anos no governo o Partido Socialista não aboliu as portagens, aboliram-nas agora fora do governo. O Partido Socialista, pode utilizar a mesma forma que utilizou para as portagens, e façam também chegar à Assembleia da República, o processo da desagregação das freguesias.*

*Em Colmeal da Torre, na travessa Feliz, houve a demolição de uma casa e a construção de um muro. Penso eu, que carece de licença para a demolição da casa e construção do muro, na minha opinião, o muro devia alinhar com a casa de baixo dando assim mais cerca de 50 cm à rua. No muro, o que fizeram em baixo, deviam ter feito em cima, em cima ficou em bico em baixo ficou redondo, devia ser o inverso. Queria algum esclarecimento, quem foram os altos técnicos que autorizaram aquela obra, se aquela obra carece o não de licença, e quem foi que autorizou aquela obra.*

*Wit Software, já passaram dois anos queria pedir um ponto de situação quantos brasileiros ainda cá estão e quanto custa a renda do imóvel onde estão instalados.*

*A Câmara fez este ano dois contratos de avença para “atendimento e acompanhamento da área turística” pelo valor de 19.680 euros cada contrato isto custa à Câmara 3.280 mês perguntou o que eles fazem diariamente para justificar estes valores.*

*Algum tempo atrás como todos estão recordados alguém quis fechar o CTT, em Belmonte. No dia 16 de outubro 2018, apesar da chuva a população saiu à rua contra o fecho dos CTT e mostramos a nossa indignação. O Sr. Presidente na altura mostrou-se muito preocupado e lembro-me que até vieram advogados de Lisboa, para nos ajudar a resolver o caso. Conseguimos que os CTT, ficassem abertos em Belmonte, então agora o*

*Executivo já se esqueceu da luta e está a criar problemas ao CTT, com a retirada do sinal proibido estacionar exceto CTT, agora está lá um novo sinal que é proibido para todos.*

*Pergunto: qual o motivo que levou a Camara a tomar esta atitude será o posso quero e mando”.*

*A Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.*

#### ***“Declaração Política - Portagens***

*Em Fevereiro de 2011, o grupo Parlamentar do PCP recomendava, ao Governo do PS, a não aplicação do princípio do “utilizador-pagador” à A23 e A25, entre a saída da A1 em Vilela/Torres Novas e a A25 nas proximidades da Guarda, por conduzir a situações de grande injustiça social.*

*Na sequência de um processo lamentável de negociação entre o PS e o PSD, ambos os partidos conduziram à decisão governamental de aplicar o princípio do “utilizador-pagador” a todo o país, de forma cega, incluindo as concessões consideradas SCUT e outras que nunca o foram e que foram sempre consideradas como vias sem portagens.*

*Votaram contra a recomendação do PCP o PS e o PSD, com a abstenção de 3 do PS, 2 do PSD e o CDS-PP, e votaram a favor o BE, PCP, PEV.*

*Passados 13 anos, de muitas ações de luta (abaixo-assinados, concentrações, vigílias, arruadas, marchas lentas, conferências, reuniões com deputados, manifestações junto da Assembleia da República), levadas a efeito pelas comissões de utentes, empresários e União de Sindicatos de Castelo Branco e, na última fase, na Plataforma pela Recuperação das SCUTS, foi possível uma maioria na Assembleia da República que aprovou o fim das Portagens, na A23.*

*Passados 13 anos em que o grupo parlamentar do PCP continuou, todos os anos, a apresentar resoluções na Assembleia da República no sentido da abolição das Portagens.*

*Passados 13 anos em que esta Assembleia Municipal sempre se pronunciou contra as portagens na A23.*

*Foi possível, em 21 de Junho de 2024, a deliberação da Assembleia da Republica de abolição das portagens na A23 a partir de Janeiro de 2025.*

*Com os votos do PS, Chega, Bloco de Esquerda, PCP, Livre e PAN, a abstenção da Iniciativa Liberal e votos contra do PSD e CDS.*

*Mas o PCP, neste processo, voltou a propor a eliminação das portagens nas ex-SCUT e, em simultâneo, a revogação das concessões sem compensações, contribuindo para o passo que falta dar: acabar com as parcerias público-privadas – acabar mesmo, nem sequer renegociar.*

*Em cada ano, só as Parcerias Público Privadas rodoviárias subtraíram mais de mil milhões de euros líquidos aos recursos do Estado, que são encaminhados diretamente para o benefício privado.*

*Mas nem o PS, nem o PSD, nem o CDS, nem o Chega, nem a Iniciativa Liberal, nem o PAN estiveram disponíveis para acabar com este encargo inaceitável para o Estado e para os contribuintes.*

*Para todos aqueles que participaram nas ações pela abolição das Portagens e que, sempre estiveram nesta Assembleia Municipal ao lado da sua abolição, é motivo de regozijo, de congratulação e de orgulho por terem contribuído para a defesa do desenvolvimento do interior e defesa das suas populações.*

*Um reconhecimento especial à Plataforma P'la recuperação das SCUTs, pela ação e persistência ao longo dos anos.*

*Um reconhecimento, também, à ação da comunicação social que, dando notícia e cobertura jornalística às nossas posições, fizeram chegar ao País o nosso protesto, indignação e a proposta de abolição das Portagens.”*

#### ***“Piscinas de Caria***

*As piscinas de Caria, como qualquer outro equipamento de utilização pública, devem garantir as condições de higiene e segurança regulamentares e indispensáveis ao bem-estar dos utentes.*

*Quando não estão reunidas estas condições, o equipamento não deve abrir ao público.*

*Enquanto isso, as autoridades responsáveis devem providenciar a reposição das condições de higiene e segurança imprescindíveis ao bom funcionamento do equipamento.*

*A decisão do Executivo Municipal de reverter para a Câmara a gestão da piscina de Caria, tendo por base uma placa de autoria desconhecida, colocada na rede deste equipamento, revela uma evidente dificuldade de comunicação entre o Executivo Municipal e a Junta de Freguesia de Caria.*

*Perdeu-se uma excelente oportunidade para reduzir as tensões existentes e evitar medidas radicais.*

*Certamente poder-se-ia ter convidado o presidente da Junta de Freguesia de Caria para participar na reunião do Executivo Municipal, aquando do debate deste assunto, e juntos esclarecer a situação e encontrar soluções para o problema.*

*Recordamos que o Presidente do Executivo Municipal e o Presidente da Junta de Freguesia não são os únicos atores políticos na região e não nos falta quem queira ver “o circo a arder”. (Como o caso da bandeira de Caria caída no 25 de Abril?)*

*Tudo isto é muito negativo. Antes de fazer uma “tempestade num copo de água”, seria bom recordar que os autarcas são eleitos para servir a população que os elege.*

*O bom senso diz-nos, claramente, que indisposições pessoais em nada beneficiam os nossos municípios.*

*Para a CDU, quer a Câmara, quer a Junta de Freguesia ficam muito mal neste desentendimento.*

*Condenamos o desinvestimento nas freguesias e condenamos o centralismo municipal. Na nossa opinião, a gestão da piscina deve continuar na Junta de Freguesia, assim como as piscinas de Belmonte.*

*Não nos revemos, de todo, nesta forma de estar e agir, onde o único prejudicado é sempre o Zé Povinho.*

*Nesse sentido, o apelo que fazemos, é para que de uma vez por todas, os eleitos e os responsáveis políticos ponham os interesses das populações acima de tudo, e que as críticas que tiverem de ser feitas, o sejam de forma responsável (sentem-se à mesa, conversem a pensar na população e não em litígios pessoais), pelo que propomos a retirada deste ponto.”*

*O Senhor Deputado Humberto Barroso (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.”*

*“Saúdo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, os Membros da Mesa, as Senhoras e Senhores Deputados, o Executivo da Câmara Municipal, os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, colaboradores do município, órgãos de comunicação social, os concidadãos e público que assistem a esta reunião, e muito especialmente a todos aqueles gostariam de estar a assistir a esta Assembleia Municipal através dos meios audiovisuais.*

*Ponto nº 1- Quer na Sessão da Assembleia Municipal de 29 de Dezembro de 2021, quer na Sessão de 24 de Fevereiro de 2022 o assunto do parque empresarial de Belmonte foi aqui abordado, tendo esta bancada solicitado ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal documentos e relatórios que nunca nos foram enviados.*

*Relembro, lotes existentes, taxas de ocupação, quantos vendidos e não ocupados, número de pedidos de instalação no atual mandato, quantos e quais os lotes que foram revertidos.*

*Sr. Presidente da Assembleia Municipal para quando o envio dessa informação?*

*O Sr. Presidente da Câmara facultou algumas informações nessas Assembleias, informações essas que agora lhe solicito a devida atualização. A entrada do parque empresarial existia um placard com a identificação das empresas instaladas que ficou obsoleto e nunca foi substituído. Quando será substituído Sr. Vice-Presidente?*

*Já agora Sr. Vice-Presidente agradeço ainda que nos faculte também informação atual sobre o projeto da nova área empresarial junto ao nó norte do acesso a A23.*

*Ponto nº 2- O BUPI (Balcão Único do Prédio) é uma plataforma dirigida aos proprietários de prédios rústicos e mistos, que permite mapear, entender e valorizar o território português, de forma simples e gratuita. Teve início em 2017 como projeto*

*piloto em 10 Municípios, tendo depois sido expandido por todo o território nacional. Em Belmonte desde o início de 2022 que o Município disponibiliza esse serviço, pelo que volvidos mais de 2 anos, solicitamos ao Sr. Vice-Presidente da Câmara qual o grau de concretização da inscrição e cadastro dos prédios no nosso concelho. O BUPI estará ao dispor da população até quando?”*

*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou o Senhor Deputado Humberto Barroso (PPD/PSD), que relativamente aos documentos que lhe tinha solicitado na altura, já lhe tinha sido comunicado que não eram documentos de fácil acesso, e que iriam tratar do assunto. Todavia, até à presente data ainda não tinham chegado à Mesa da Assembleia Municipal, por essa razão é que os documentos ainda não tinham chegado ao Senhor Deputado. Aludiu que logo que chegassem, reencaminharia para ele os mesmos.*

*O Senhor Deputado Luís António (PS), tomou a palavra e esclareceu o Senhor Deputado Carlos Gomes (PPD/PSD), que relativamente à desagregação da freguesia, estavam a tratar do assunto, sendo que em virtude de uma Lei aprovada na altura pelo Governo PSD, que era a celebre Lei do “Miguel Relvas”, sendo que logo que o Partido Socialista tinha aprovado essa possibilidade de se voltar à anterior, os próprios tinham tratado do processo e como era do conhecimento geral, ele próprio, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, o Senhor Presidente da União das Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre e o Senhor Presidente da Assembleia das Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, tinham-se deslocado pessoalmente a Lisboa, a fim de entregarem todo o processo da desanexação da freguesia à Assembleia da República. Logo, tinham tomado todas as providências que deveriam tomar para que isso acontecesse. Contudo essa Comissão tinha estado parada, sendo a mesma reativada, e sendo agora o coordenador do grupo um Deputado do PSD, pelo que esperava que esse Deputado mantivesse os pressupostos que já estavam anteriormente, uma vez que tinham entregado toda a documentação.*

*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, para responder a todas as questões que tinham sido apresentadas.*

*O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra e relativamente às casas de banho, informou o Senhor Deputado Acácio Dias (PPD/PSD), que também era algo que os preocupava, e que já tinham alguns levantamentos feitos, estando ainda à espera que lhe chegasse os orçamentos referentes ao Parque de São Tiago, esperando assim em breve avançar com a reparação.*

*No que concerne às casas de banho junto à Loja do Cidadão, referiu que as mesmas eram bastante necessárias por causa dos transportes, sendo que esse assunto tinha sido colocado pelo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Belmonte, Carlos Afonso, na reunião de Câmara. Todavia, esse assunto iria ser abordado no último ponto da ordem de trabalhos desta Sessão, onde poderia fazer um esclarecimento sobre aquilo que era o projeto, uma vez que este ponto era só para tomarem conhecimento, pois nesse projeto estavam incluídas essas casas de banho.*

*Relativamente aos transportes, frisou que também era uma situação que preocupava a todos, e que neste momento o único transporte que tinham era para a Covilhã.*

*Informou que tinha tido um encontro com os Senhores Presidentes de Câmara para um projeto piloto e com a Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, sendo que este projeto iria ser feito entre o Fundão, a Guarda, Belmonte, Covilhã e Castelo Branco, pois este projeto tinha a ver com a mobilidade no interior.*

*Frisou que este projeto piloto se tinha iniciado aqui, devido às suas características e à nossa linha entre Castelo Branco e a Guarda. Esperando assim que estes estudos e projetos trouxessem novidades e que se conseguisse realmente criar a tão necessária rede de transportes aqui na nossa região.*

*No que respeita à aquisição dos bilhetes, aludiu que já tinha sido uma questão que tinham colocado. Asseverou que não era uma solução fácil em termos de ser o Município a fazer a venda. Contudo poderiam ajudar.*

*Deu nota que o que dizia a Rede Expressos e a CP, era que qualquer pessoa podia fazer a aquisição on-line e que caso fossem até lá de certeza que haveria colegas que ajudariam as pessoas a fazerem essas aquisições, uma vez que neste momento existiam as plataformas digitais e que as podiam fazer através dessas aplicações.*

*No que se refere à higienização de contadores, aludiu que era algo que estava atribuído à Associação de Municípios da Cova da Beira, e que a indicação que tinha é que iriam iniciar no início da próxima semana, pois existia um plano por zonas.*

*Relativamente à recolha seletiva e dos contentores, aludiu que era um programa que tinha sido lançado e que se entrassem na página do Município havia lá uma forma a questionar se estava interessado na recolha de bio resíduos. Salientou que nesta fase, e como o Município não tinha condições criadas para fazerem a recolha e o tratamento desses resíduos, o projeto tinha-se baseado em quem tivesse forma de depois o utilizar.*

*Em relação às pilhas no chão, referiu que também tinha a ver com a Resiestrela, pois era empresa a responsável, e que iria fazer chegar o alerta diretamente ao Administrador.*

*Quanto ao buraco na rotunda das ovelhas, informou que já estava adjudicado, e que acreditava que este trabalho começasse dentro dos próximos dias.*

*Ao Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), informou que relativamente ao assunto das Piscinas Municipais de Caria, só iria falar mais à frente no ponto 3.5.*

*Relativamente ao Continente Bom Dia, aludiu que, entretanto, tinha enviado uma mensagem ao Diretor do Continente, com quem tinha uma boa relação e que o mesmo o tinha informado que não tinha conhecimento nenhum.*

*Salientou que até ao momento não tinham conhecimento de Continente Bom Dia, para Belmonte, pois ninguém tinha solicitado qualquer tipo de informação.*

*Asseverou que neste momento apenas tinham tido um pedido para a abertura de um armazém no cruzamento da Estação, a fim de saberem se existia viabilidade.*

*Frisou que de uma coisa o Senhor Deputado podia ter a certeza, caso tivesse chegado alguma informação sobre isso, imediatamente era tratada, uma vez que também era sua pretensão que esse tipo de negócios e possibilidades de crescimento fossem feitas o mais rapidamente possível.*

*À Senhora Deputada Telma Matos (PPD/PSD), no que concerne ao desperdício da água, aludiu que era uma realidade. Contudo tinha estado numa conferência sobre a água com a ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) e com várias entidades.*

*Salientou que os valores do Município apareciam com cerca de 70% de perdas. Todavia não era toda perdida na rede, porque muita desta água não era faturada, ou porque não tinham contadores, ou dando como exemplo o enchimento das piscinas Municipais, sendo que essa água não era faturada, logo fazia com que os números aumentassem. No entanto não deixava de ser preocupante toda a água que se perdia na nossa rede, pois todos sabiam que era deficitária e que estava a ser substituída pelos serviços da Câmara Municipal, pois algumas coisas já estavam a ser feitas.*

*Relembrou que no orçamento deste ano já tinha sido colocada uma verba para a substituição de condutas.*

*Deu conhecimento que o Município tinha adquirido uma máquina mais pequena, para poder fazer esse tipo de serviços, evitando assim que se adjudicasse por fora, pois assim ficaria mais caro.*

*Para terminar, referiu que já tinham pensado em arranjar uma solução definitiva para este assunto.*

*Ao Senhor Deputado Luís António (PS), relativamente à saudação que tinha feito aos atletas do concelho de Belmonte, aludiu que algumas das coisas já tinham sido apresentadas na reunião de Câmara, ao qual o Executivo também se tinha juntado, assim como ao Voto de Pesar apresentado pelo Senhor Deputado Acácio Dias (PPD/PSD).*

*Ao Senhor Deputado Carlos Gomes (PPD/PSD), e relativamente aos documentos que hoje tinha solicitado, informou que posteriormente iriam ser solicitados os documentos, que fossem da parte do Executivo e os que pudessem fornecer, forneceriam.*

*No que concerne à demolição da casa no Colmeal da Torre, informou que o mesmo depreendia que estivesse tudo legal e dentro das normas que imperavam por parte do Município, pois tinham um departamento de obras que além de passar as licenças, também tinham a área de fiscalização.*

*Questionou o Senhor Vereador que caso pretendesse mais esclarecimentos teria de passar a palavra ao Senhor Engenheiro Simões.*

*No que se refere aos dois contratos de avença para “atendimento e acompanhamento da área turística”, informou que os mesmos diziam respeito aos funcionários que estavam no Welcome Center, pois o mesmo não estava a ser gerido pela Empresa Municipal, mas sim pelo Município, uma vez que tanto o Município como a Empresa Municipal não tinham funcionários para lá estarem, a fim de o espaço estar aberto o dia todo, durante os sete dias da semana, por esse motivo ter-se feito essas contratações.*

*Quanto à questão do estacionamento em frente aos CTT, aludiu que se passassem às 17 horas, que era quando existia maior movimento naquele local, e se estivesse o camião a fazer as cargas e descargas e se houvesse carros estacionados do outro lado da estrada, a situação tornava-se um caos.*

*Relativamente à Wit, informou que ainda se encontravam cá ente vinte e vinte e três técnicos e que o Município não tinha qualquer custo com a renda do imóvel, uma vez que era a própria empresa que pagava.*

*À Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), e relativamente às portagens aludiu que estavam todos de acordo no que dizia respeito à sua abolição.*

*Ao Senhor Deputado Humberto Barroso (PPD/PSD), e relativamente aos lotes do Parque Industrial, aludiu que pensava que já tinha sido enviada a relação, uma vez que o próprio já tinha recebido.*

*Frisou que também tinham a necessidade de ter esse documento atualizado, nomeadamente a data dos contratos, o cumprimento ou não dos contratos, para que os assuntos sobre esta matéria que vinham à Sessão que eram as reversões, pois o Município não podia reverter sem saber o que é que se passava dentro do parque Industrial. Logo tinham de ter essa informação, o que não era difícil de fazer chegar.*

*Quanto ao novo cartaz, mencionou que não era uma coisa necessária nesta fase, mas que podia ser posteriormente.*

*No que concerne ao novo parque, aludiu que tinha sido aprovado e que tinha sido retirado na altura, sendo que logo que sejam abertos os concursos/avisos o município de Belmonte iria concorrer novamente.*

*Em relação ao BUPI, informou que iria solicitar o grau de concretização, pois estavam a chegar relatórios sobre isso. Aludiu que este projeto era feito através da CIM e, que os técnicos que estavam contratados também pertenciam à CIM. Aludiu ainda que quando o projeto tinha terminado, o Município tinha decidido manter alguns técnicos, tendo contactado alguns desses técnicos, para manterem esse trabalho, pois os processos mais fáceis já tinham sido feitos em primeiro lugar, sendo que agora estavam os processos mais complicados, como eram os casos dos terrenos que “não eram de ninguém”.*

*Deu conhecimento que iria abrir novamente a candidatura do BUPI, através da CIM, sendo que iriam ter mais campanhas de divulgação, uma vez que era um trabalho necessário.*

*Para terminar solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para que fosse passada a palavra ao Chefe da Divisão Técnica Municipal de Planeamento, Obras e Urbanismo da Câmara Municipal de Belmonte, Engenheiro Simões.*

*O Chefe da Divisão Técnica Municipal de Planeamento, Obras e Urbanismo da Câmara Municipal de Belmonte, Engenheiro Simões, tomou a palavra e saudou os presentes. Tendo em seguida prestado alguns esclarecimentos solicitados pelo Senhor Deputado da Assembleia Municipal, Carlos Gomes.*

### **3.1 - Apreciação e votação da ata da Sessão anterior**

*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, questionou se os membros da Assembleia Municipal, propunham alguma alteração à ata da Sessão anterior.*

*Não havendo alterações à ata da Sessão anterior, passou-se à votação através de braço no ar.*

*Concluída a votação, a Assembleia Municipal deliberou com **17** votos a favor, da Bancada do PS (9), da Bancada da PPD/PSD (7) e da Bancada da CDU (1) e **2** abstenções do Senhor Deputado João André Botão dos Santos (PS) e do Senhor Deputado Carlos Manuel Pinheiro Gomes (PPD/PSD), por não terem estado presentes na Sessão, ficando assim aprovada por **maioria** dos presentes, a ata de 29 de abril de 2024.*

### **3.2 - Informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a Atividade e Situação Financeira do Município**

*O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.*

*“Refere que irá proceder-se, e cito, à revisão do projeto da Área Empresarial de Belmonte, de modo a dotá-la das características necessárias às exigências do aviso do Centro 2030.*

*Pode por favor desenvolver, explicando quais são essas características e qual a estratégia subjacente?*

*Ponto 5*

*Informa que está concluída a obra de remodelação do abastecimento de água a Malpique e Caria-Gare. No entanto, a sinalização continua no local, inclusive de circulação alternada. Não é uma boa imagem que passa, criando inclusive nos condutores a ideia de que afinal a sinalização pode não ser para cumprir porque já está desatualizada há meses.*

*Ponto 6 - Radar Social.*

*Estão a decorrer os procedimentos para recursos humanos para o programa Radar Social. Sr. Vice-Presidente, de que recursos humanos estamos a falar, e como será feito esse recrutamento?”*

*O Senhor Deputado Carlos Gomes (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.*

*“Antes de entrar neste ponto, quero dizer ao Sr. Deputado Luís António, que o processo da desagregação da Freguesia do Colmeal da Torre, foi feito entre a Assembleia de Freguesia e a Junta de Freguesia, unicamente, não apareceu ali mais ninguém, não chame os louros a si ou à Câmara, porque nada fizeram, apenas cederam os documentos que tinham que ser passados pela Câmara.*

*Perguntou ainda, qual o valor atribuído pela Câmara às Marchas Populares em 2024.*

*Falou ainda sobre Centum Cellas, em Colmeal da Torre, a sua inauguração foi há dois meses, e há dois meses que está tudo abandonado, o que encontramos são, ervas daninhas, portas fechadas, a caixa de fósforos do Centro Interpretativo fechada etc. etc... Depois temos a torre Centum Cellas, à noite iluminada com uma luz amarela, com uma ligação a um contador particular. Perguntou, o porquê desta ligação em 2 meses ainda não resolveram o problema? Perguntou ainda da não retirada da vedação ali existente já com duas décadas, que já não é digna daquele espaço.”*

*A Senhora Deputada Telma Matos (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.*

*“Com a aproximação do período crítico de incêndios, e fazendo fé nas últimas previsões meteorológicas, o verão será mais quente que o normal em especial no interior com períodos de seca e de risco elevado da ocorrência de trovoadas.*

*Uma vez que não é feita qualquer referência no documento apresentado pedimos esclarecimento de como foi feita a preparação desta época para evitar perdas naturais, materiais e até humanas no concelho de Belmonte.”*

*O Senhor Deputado José Alves (PPD/PSD), tomou a palavra e questionou qual é que era o ponto de situação da habitação que a Assembleia Municipal de Belmonte, tinha aprovado em relação às obras a realizar pelo IHRU.*

*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, para responder a todas as questões que tinham sido apresentadas.*

*O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e relativamente à revisão do projeto da área empresarial de Belmonte, informou o Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), que a mesma tinha a ver com as características do projeto, com a sustentabilidade em termos ambientais, de energia, que agora eram necessários nas novas áreas de última geração, por isso estar a ser feita esta revisão. Informou que o aviso ainda não estava aberto.*

*O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou a palavra e aludiu que era bom que não se repetisse o mesmo do Plano de Recuperação Turística.*

*Asseverou que era bom que partilhassem a estratégia.*

*O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, tomou novamente a palavra e informou que quando estivesse o projeto, fariam chegar o mesmo, a fim de o poderem analisar e darem a sua opinião.*

*Relativamente à ligação entre Caria-Malpique, mencionou que a ligação da água estava concluída, só não estava concluído o resto dos trabalhos, sendo que estavam adjudicados à mesma empresa, por isso não se poder retirar a sinalização, uma vez que os trabalhos não estavam concluídos, faltando ainda a parte das valetas, e a reposição da parte da água etc.*

*No que concerne ao Radar Social, deu nota que o mesmo iria ter um Gestor de projetos e um Assistente Social, sendo que seria por concurso público.*

*Ao Senhor Deputado Carlos Gomes (PPD/PSD), informou que o valor atribuído às Marchas Populares de Belmonte, tinha sido de cinco mil e trezentos euros, distribuído pelas Associações e Coletividades que tinham participado nas mesmas.*

No que se refere a Centum Cellas, mencionou que tinha sido necessário fazer a ligação, pois tinha a ver com a baixada que ainda não tinha sido feita. Todavia, ontem tinham recebido da E- Redes a informação que já estava ou que estava para hoje marcada a vistoria/inspeção.

Quanto à limpeza era feita com a regularidade que era possível e necessária.

À Senhora Deputada Telma Matos (PPD/PSD), relativamente aos incêndios informou que essa questão era acompanhada todos os anos pela Engenheira Telma Pombal, do Município de Belmonte e pelo responsável da proteção civil, onde tinham o plano feito e todo o seu acompanhamento. Tendo frisado que em relação a esta situação estava tudo coordenado, nomeadamente as limpezas das áreas que eram obrigatórias, pois já tinham sido efetuadas todas até às datas previstas.

Ao Senhor Deputado José Alves (PPD/PSD), relativamente às casas do IHRU, informou que o Município inicialmente tinha inserido nove casas (três projetos que iriam dar as nove casas).

Aludiu que da parte do Município estava tudo concluído e enviado para o IHRU, aquilo que dizia respeito aos projetos finais e o que era necessário para libertarem os valores. Estando assim a aguardar que enviassem os 25% do valor para poderem adjudicar.

Salientou que agora teriam de fazer um concurso para a adjudicação das obras para ver se as mesmas se iniciavam. Pelo que esperava que muito em breve essas obras avançassem.

Por fim, informou que também tinham enviado mais cinco projetos que diziam respeito às escolas, para ver se o IHRU também libertava esse valor, para também se poder avançar com esses projetos, pois também era uma forma de recuperar património e de criar habitação.

### **3.3- Apreciação e votação da adenda ao relatório de ponderação da discussão pública | Revisão do Plano Diretor Municipal de Belmonte**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a ler a certidão da deliberação do Executivo fornecida pelos serviços municipais, cujo teor se reproduz integralmente.

-----**CERTIDÃO**-----  
**CARLOS FERNANDO DOS SANTOS DINIS SIMÕES, CHEFE DA DIVISÃO TÉCNICA MUNICIPAL DE PLANEAMENTO OBRAS E URBANISMO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE:**-----

-----Certifica que, examinando o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata da reunião ordinária, realizada em 16 de maio de 2024, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

**B) DIVISÃO TÉCNICA MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, OBRAS E URBANISMO**  
**“B.2) APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DA ADENDA AO RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA DO PDM DE BELMONTE**

Foi presente à Câmara, a informação nº 189/2024/DTMPOU, de 10/05/2024, relativa à adenda ao Relatório de Ponderação da Discussão Pública da 1ª Revisão do PDM (Plano Diretor Municipal), acompanhada dos seguintes documentos:

- Volume III – Tomo VII - Relatório de Ponderação da Discussão Pública – Adenda;
- Pareceres
- Exclusões para Satisfação de Carências Existentes (Fichas)
- Exclusões Efetivamente já comprometidas (Fichas)

Após análise dos documentos, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:

- Aprovar a adenda ao relatório de ponderação da discussão pública, em concordância com os pareceres das entidades;
- Remeter à Assembleia Municipal a adenda ao relatório de ponderação da discussão pública, bem como os documentos afetos pelos pareceres favoráveis (carta de ordenamento, carta de condicionantes, entre outros).”

-----Por ser verdade, mandei passar a presente certidão que autentico com selo branco em uso neste Município e Divisão Técnica Municipal de Planeamento Obras e Urbanismo, em 21 de junho de 2024. -----

O Senhor Deputado José Alves (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“1 - Da análise do documento apresentado, verifica-se que a APA deu parecer favorável dos polígonos de exclusão à REN apresentados, E52 a E57.

2 - Sabemos o quanto é difícil excluir terrenos da REN – Reserva Ecológica Nacional e queremos uma vez mais realçar o trabalho desenvolvido pelos serviços competentes.

3 - A tentativa de exclusões carece de fundamentação muito bem elaborada, no entanto depara-se muitas vezes com o parecer das entidades que constituem o CC-Concelho Consultivo.

4 - A CCDR aprovou as exclusões para os polígonos atrás referidos, no entanto o parecer desfavorável para o E53, põe em causa o nosso Município, pois o mesmo refere e passo a citar “A síntese de fundamentação apresentada para esta proposta de área de

exclusão da REN, em AEREHS, refere: “Possui arquitetura aprovada pelo ofício n.º 499/2023, datado de 30/10/2023, motivo que leva a exclusão da REN.”.

*AEREHS - Áreas de Elevado Risco de Erosão Hídrica do Solo*

5 - A CCDR refere ainda que “Em Junto com o documento da Participação Pública, foi incluída cópia do ofício n.º 499/2023, em 23-10-2023, da CM de Belmonte a informar o requerente que, em conformidade com o disposto no artigo 114.º do CPA, em conjugação com as disposições aplicáveis no D.L. n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação (RJUE), ficava notificado o destinatário da aprovação do mencionado projeto de arquitetura, por despacho da edilidade datado de 19- 10-2023, devendo solicitar a aprovação dos projetos de especialidade, no prazo de 6 meses, contados desde a data do recebimento da notificação”.

6 - A CCDR refere que o ato de aprovação do projeto de arquitetura por parte da Câmara e o pedido para entrega dos projetos de especialidade é um ato nulo. Ora então estamos aqui perante uma ilegalidade cometida pela Câmara em 23 de outubro de 2023, que aprovou um projeto de arquitetura em REN.

7 - Estamos aqui perante um problema jurídico que carece de resolução já que requerente do projeto passou a ter um direito adquirido e pode invocar o mesmo.

8 - Os serviços referem, no entanto, que o polígono de construção foi alterado e que não se trata de um ato nulo.

Assim sendo e atendendo a que após a aprovação por esta assembleia, o PDM será publicado, pergunto qual a razão porque esta situação não foi esclarecida atempadamente com a CCDR.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, para responder a todas as questões que tinham sido apresentadas.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para que seja passada a palavra ao Chefe da Divisão Técnica Municipal de Planeamento Obras e Urbanismo da Câmara Municipal de Belmonte, Engenheiro Simões.

O Chefe da Divisão Técnica Municipal de Planeamento Obras e Urbanismo da Câmara Municipal de Belmonte, Engenheiro Simões., tomou a palavra e prestou alguns esclarecimentos solicitados pelo Senhor Deputado José Alves (PPD/PSD).

A Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

*“O Plano apresenta constrangimentos e imposições legais que impactam num concelho eminentemente rural como o nosso, e também, não assume a lógica intermunicipal, nem o esforço claro de requalificar e reabilitar que a nosso ver se exige.”*

*Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação da “adenda ao relatório de ponderação da discussão pública |Revisão do Plano Diretor Municipal de Belmonte” através de braço no ar.*

*----- Concluída a votação verificaram-se **0** votos contra, **1** abstenção, da Bancada da CDU (1) e **18** votos a favor, da Bancada do PS (10) e da Bancada do PPD/PSD (8) pelo que a “adenda ao relatório de ponderação da discussão pública |Revisão do Plano Diretor Municipal de Belmonte” foi aprovada por **maioria** dos presentes na votação.*

*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, retirou-se da Sessão, uma vez que era Presidente da Assembleia Geral da Associação Caça e Pesca do Concelho de Belmonte.*

### **3.4- Apreciação e votação da Declaração do Interesse Municipal do Complexo Desportivo da Associação Caça e Pesca do Concelho de Belmonte**

*A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal passou a ler a certidão da deliberação do Executivo fornecida pelos serviços municipais, cujo teor se reproduz integralmente.*

**-----CERTIDÃO-----**  
**CARLOS FERNANDO DOS SANTOS DINIS SIMÕES, CHEFE DA DIVISÃO TÉCNICA MUNICIPAL DE PLANEAMENTO OBRAS E URBANISMO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE:-----**

*-----Certifica que, examinando o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata da reunião ordinária, realizada em 20 de junho de 2024, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----*

**B) DIVISÃO TÉCNICA MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, OBRAS E URBANISMO**  
**“B.4) RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DO “COMPLEXO DESPORTIVO CAÇA E PESCA DO CONCELHO DE BELMONTE”, PROPRIEDADE DA ASSOCIAÇÃO DE CAÇA E PESCA DO CONCELHO DE BELMONTE**

*Foi presente à Câmara, a informação n.º 253/2024/SEPO/DTMPOU, de 14/06/2024, após análise dos documentos que acompanham a dita informação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter à apreciação da Assembleia Municipal o Reconhecimento de Interesse Público do “Complexo Desportivo Caça e Pesca do concelho de Belmonte”, propriedade da Associação de Caça e Pesca do Concelho de Belmonte, composto da sede social, campo de tiro, edifício de arrumos, charca, nos termos do disposto do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, com as sucessivas alterações.”*

*-----Por ser verdade, mandei passar a presente certidão que autentico com selo branco em uso neste Município e Divisão Técnica Municipal de Planeamento Obras e Urbanismo, em 26 de junho de 2024. -----*

*O Senhor Deputado José Alves (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.*

*“A Associação de Caça e Pesca do concelho de Belmonte, desenvolve a sua atividade em terrenos da REN – Reserva Ecológica Nacional e pretende licenciar uma construção, onde é completamente impossível, nos termos da carta da REN.*

*De notar que se trata de uma associação do nosso concelho que devemos ajudar e promover todos os esforços ao nosso alcance para a regularização de uma obra ilegal.*

*Na informação emanada pelos serviços é referido o PDM aprovado nesta assembleia e que ainda não está em vigor, aguardando-se a sua publicação.*

*É apresentada uma plante de ordenamento e é esquecida a planta de condicionantes onde está incluída a REN.*

*É ainda referido na informação dos serviços, o decreto regulamentar 419/2012 de 20 de dezembro, onde é escrito que o campo de tiro é enquadrável em instalações desportivas especializadas, excluído as construções.*

*Não vemos como.*

*Atenção que o que está em causa é também a legalização das construções existentes.*

*É referido que a declaração de interesse público municipal vem a esta assembleia para promover a exclusão à REN.*

*Ora a exclusão à REN não é possível. O reconhecimento e a publicação de uma portaria oriunda do gabinete do ministro da tutela, poderá permitir a construção na Reserva Ecológica Nacional, com a apresentação de um ante - projeto, entre outros documentos como é o caso do interesse público municipal, dado que a iniciativa não é da Câmara Municipal, mas sim de uma entidade externa.*

*A REN é uma restrição de utilidade pública.*

*Às áreas integradas em REN aplica-se um regime territorial especial que estabelece condicionamentos à ocupação, uso e transformação do solo e que identifica*

os usos e as ações compatíveis com os objetivos da REN para os vários tipos de áreas integradas.

#### *Ações de Relevante Interesse Público*

*Nas áreas integradas na Reserva Ecológica Nacional REN podem realizar-se ações que sejam reconhecidas de relevante interesse público, desde que não se possam realizar adequadamente em áreas não integradas na REN.*

*O reconhecimento de relevante interesse público é feito por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas do ambiente e do ordenamento do território e competente em razão da matéria, o qual pode estabelecer condicionamentos e medidas de minimização de afetação das áreas REN.*

*Cabe-me aqui referir que*

*1. A Câmara apenas tem uma forma de legalizar esta situação através de uma alteração da carta da REN, autorizada pela CCDR- centro;*

*2. Porque é que esta situação não foi incluída na revisão do PDM em curso.*

*A deliberação aqui tomada não irá ter qualquer interesse prático, parece-me um pontapé para a frente, adiando uma situação que urge resolver.”*

*A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, para responder a todas as questões que tinham sido apresentadas.*

*O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, solicitou que fosse passada a palavra ao Chefe da Divisão Técnica Municipal de Planeamento Obras e Urbanismo da Câmara Municipal de Belmonte, Engenheiro Simões.*

*O Chefe da Divisão Técnica Municipal de Planeamento Obras e Urbanismo da Câmara Municipal de Belmonte, Engenheiro Simões., tomou a palavra e prestou alguns esclarecimentos solicitados pelo Senhor Deputado José Alves (PPD/PSD).*

*Seguidamente a Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação da “Declaração do Interesse Municipal do Complexo Desportivo da Associação Caça e Pesca do Concelho de Belmonte”, através de braço no ar.*

*----- Concluída a votação verificaram-se **0** votos contra, **0** abstenções e **19** votos a favor pelo que a “Declaração do Interesse Municipal do Complexo Desportivo da Associação Caça e Pesca do Concelho de Belmonte” foi aprovada por **unanimidade** dos presentes na votação.*

*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, regressou à Sessão.*

### **3.5- Apreciação e votação da Denúncia de Protocolo de Exploração das Piscinas Municipais de Caria**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a ler a certidão da deliberação do Executivo fornecida pelos serviços municipais, cujo teor se reproduz integralmente.

-----**CERTIDÃO**-----

**ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, CHEFE DA UNIDADE TÉCNICA MUNICIPAL ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE:** -----

----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata de reunião ordinária, realizada em 20 de junho de 2024, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

#### **“A.3.6.) DENÚNCIA DE PROTOCOLO DE EXPLORAÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DE CARIA**

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, Dr. António Pinto Dias Rocha, informou que tinha sido afixado no recinto das Piscinas Municipais de Caria o seguinte aviso “Por motivos de falta de investimento e manutenção das Piscinas pela Câmara Municipal de Belmonte, informa-se que as mesmas não reúnem condições para abrirem ao público nesta época balnear 2024. Pedimos desculpa pelo incomodo.”

Aludiu que este aviso não identificava quem o tinha escrito, contudo estava afixado no recinto das Piscinas Municipais de Caria.

Mencionou que a informação que tinha era de que o Senhor Vice-Presidente, tinha tudo conversado com o Senhor Presidente da União de Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre e com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caria, ou seja, com as respetivas Juntas de Freguesia, para a abertura das piscinas e de ver o que faltava e do que era necessário fazer, a fim de as duas piscinas abrirem no dia um de julho de dois mil e vinte e quatro.

Asseverou que com a União de Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, já estava tudo definido.

Relativamente a Caria tinha ficado surpreendido com esta situação, sendo que a primeira coisa que tinha feito, tinha sido contactar o Senhor Vice-Presidente e com o seu Adjunto que era o responsável por essas obras, a fim de obter informações, sendo que as informações que lhe tinham dado era que estava tudo adjudicado e que o investimento para essas obras rondava os trinta mil euros. Dando nota que as obras estariam concluídas para a próxima semana. Portanto, dia um de julho de dois mil e vinte e quatro, a piscina de Caria iria abrir ao público.

*Salientou que tendo em conta esta intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caria e que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caria e a Junta de Freguesia de Caria, não estavam interessados em abrir as piscinas e uma vez que as Piscinas Municipais de Caria não pertenciam à Junta de Freguesia, logo a nada obrigava a Câmara a manter o protocolo existente, por essa razão a Câmara Municipal de Belmonte estava em condições de gerir, de fazer a manutenção e a exploração das piscinas de Caria.*

*Deu conhecimento que trazia à reunião de Câmara, o ofício que iriam entregar ainda hoje em mãos à Junta de Freguesia de Caria.*

*O Senhor Vereador da Câmara Municipal de Belmonte, Carlos Afonso, tomou a palavra e aludiu que era uma medida radical. Contudo se o Senhor Presidente e o Senhor Vice-Presidente garantiam que dessa forma, as piscinas de Caria iriam abrir em condições no dia 1 de julho, se para que estas estejam ao serviço da população, essa era a solução, ele também concordava com a solução apresentada.*

*O Senhor Vereador da Câmara Municipal de Belmonte, José Mariano, tomou a palavra e referiu que estava estupefacto com esta situação e que gostava que isso não acontecesse. Todavia, as piscinas não podiam fechar.*

*O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, Dr. António Pinto Dias Rocha, tomou a palavra e informou que iria ser colocado nas Piscinas Municipais de Caria um aviso a informar que as piscinas iriam ser geridas pela Câmara Municipal de Belmonte e que abririam ao público a um de julho de dois mil e vinte e quatro.*

*O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, Dr. Paulo Borralhinho, informou que dado a urgência da situação, iria-se fazer uma entrega direta a quem tem explorado nestes últimos anos o bar da piscina, que era a União Desportiva Cariense.*

#### **DELIBERAÇÃO**

***A Câmara Municipal de Belmonte, deliberou por unanimidade, proceder à denúncia do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências N.º 6-2018, nos termos da alínea a) do N.º 1 da Cláusula 16, com efeitos imediatos.***

***Considerou, que o Município iria criar as condições necessárias para que a Piscina Municipal de Caria, pudesse abrir na época balnear em curso, solicitando ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caria, a entrega imediata das chaves do referido equipamento.***

**Mais deliberou remeter o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências para apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n. º1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12/09.”**

----- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autentico com selo branco em uso neste Município e Unidade Técnica Municipal Administrativa, em 26 de junho de 2024. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Silvério Quelhas, tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Bom dia a todos os presentes,

No passado dia 20 deste mês fomos confrontados com uma tomada de decisão da Câmara Municipal relativa às piscinas de Caria que nos deixou surpresos e que não respeita o protocolo existente entre as partes. Uma atitude de má-fé e meramente política sem suporte legal.

Aliás é um assunto que nem faz sentido estar a ser votado e decidido. Pelo que deveriaser retirado da ordem de trabalhos.

Segundo diz o protocolo, que está em vigor, “caso haja incumprimento por parte da Junta de Freguesia de Caria o protocolo pode ser retirado por parte da Câmara Municipal de B”.

A pergunta que faço é:

- Qual foi o incumprimento que houve por parte da Junta de Freguesia?
- Em que parte não foi cumprido todo o necessário para a abertura da

Piscina?

A Junta de Freguesia tomou todas as medidas necessárias e preparou a época balnear2024 com antecedência, estando já programado:

- Três candidaturas aprovadas no IAFP, através do programa inserção +, para abilheteira da Piscina;
- Concessão da exploração do Bar das Piscinas Municipais de Caria para a época balnear 2024;
- Bilhetes prontos a imprimir na gráfica;
- Inicio das limpezas das instalações;
- Tratamento e corte de sebes e relvado durante todo o ano;
- Orçamento de produtos para tratamento de água

Agendamento de formação para o responsável pelo controlo da água

Desde o início do ano que começou a ser feita a manutenção da estação de filtragem, aguardando desde o dia 11 de março a chegada do material inerte, que nunca tinha sido substituído desde a construção da piscina, ou seja, cerca de 27 anos.

Para além das diligências tomadas, houve a preocupação de entrar em contacto com o Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte e neste ano trabalhar também

*com o mesmo fornecedor de produtos para assim também se poder trabalhar em sintonia.*

*Também os preços a praticar nas piscinas, assim como a data prevista de abertura foi falada com a Junta de Freguesia de Belmonte, em que iriam ambas abrir em simultâneo no dia 29 Junho.*

*Assim como os contactos constantes com a Câmara Municipal no sentido de saber o ponto de situação dos trabalhos, como é prova a última mensagem com o Vice-Presidente alguns dias antes.*

*Portanto todo o processo estava a ser tratado.*

*A decisão tomada levianamente por parte da Câmara Municipal baseia-se em pressupostos errados e falsos.*

*Alegam que houve a colocação por parte da Junta de Freguesia de uma placa junto às instalações da Piscina de Caria com informação relativa a esta. Ou seja, calúnia e difamação.*

*Afirmámos, via ofício, que não somos os responsáveis pela colocação da mesma. Assim como houve o contacto com o Gabinete de Apoio ao Presidente para esclarecimento da situação.*

*Não devia esta junta ser questionada antes da tomada de posições por parte do Município?*

*Esta Junta de Freguesia não recebeu nenhum pedido de esclarecimento da Câmara Municipal sobre esta matéria. Não foi questionada nem por telefone nem por email. Houve uma tomada de decisão unilateral sem a Junta de Freguesia ter sido consultada.*

*Caso nos tivessem consultado, e tal como foi esclarecido fomos alheios à colocação dessa placa. Aliás teríamos perguntado quais os incumprimentos que nos apontam.*

*Não houve qualquer incumprimento da nossa parte.*

*Alguém nesta sala acredita que as Piscinas não iam abrir? Nunca a Junta de Freguesia de Caria disse ou escreveu que não abriria as piscinas.*

*Só alguém de forma incorreta é que pressupõe que todas as diligências que estavam a ser tomadas pela Junta de Freguesia seriam para manter a piscina fechada em 2024.*

*Eu coloco aqui um exemplo, imagine que alguém estava descontente com o serviço de recolha de lixo em Belmonte e colocava uma placa a dizer o seguinte: hoje não há recolha de lixo em Belmonte porque o Município não investe na recolha de lixo. Deixo aqui uma questão: O Sr. Presidente também pegava numa vassoura e numa pá e ia recolher o lixo? Não ia. Mas em Caria aproveitou-se de uma placa que não sabia quem a colocou, não questionou e avançou imediatamente mesmo com um protocolo em vigor entre duas entidades públicas.*

*Aqui a questão é simples: houve ou não houve incumprimento? O Sr. Presidente*

sabeque não houve.

*E também sabe que sempre que uma entidade administrativa tem de tomar uma decisão, tem de informar previamente qual a decisão que vai tomar, e esta tem o direito à audiência.*

*E isso não aconteceu. Nunca permitiram que a Junta de Freguesia se pronunciasse.*

*Em resumo foi tomada uma decisão sem consultar a Junta de Freguesia, sem o direito de defesa, não cumprindo os procedimentos obrigatórios. Não é honesto.*

*Na nossa forma de analisar a situação, este ponto só fará sentido ser votado aqui nesta Assembleia caso haja algum incumprimento da nossa parte.*

*Chegando à conclusão que não há nenhum incumprimento o que estamos nós aqui adiscutir? É uma opção política? Porque legal não é certamente.*

*A conclusão a que chegámos é que aquilo que temos no dia de hoje é o mesmo que tínhamos há uma semana atrás, não houve nenhum incumprimento que se possa imputar à Junta de Freguesia de Caria.*

*Neste momento e analisando a forma como conduziram o processo até estamos no direito de também pensar na hipótese que teria sido alguém da Câmara Municipal movido por questões políticas que tivesse lá colocado a placa.*

*Referir, ainda, que caso a Junta de Freguesia de Caria não abrisse a Piscina a população colocaria a culpa na Junta e não na Câmara, pois é do conhecimento de todos que é a junta que está a explorar a Piscina. E caso isso acontecesse, aí sim, o Sr. Presidente poderia dizer que se a Piscina não abriu é culpado Presidente da Junta de Freguesia.*

*O problema para a Câmara Municipal não foi a placa..., mas sim o facto das pessoas começarem a questionar acerca dos problemas das piscinas.*

*Mas como sempre o fizemos pela Freguesia de Caria e em particular pelas piscinas Municipais, esta Junta de Freguesia jamais iria permitir que as mesmas não abrissem em 2024, pois, temos investido na manutenção e melhoramento da mesma. Como é o por exemplo o montante em dívida de cerca de 20.000€ por parte da Câmara Municipal.*

*Proponho novamente a retirada do ponto da ordem de trabalhos, pois tal não faz sentido. E que a decisão errada possa ser revertida.*

*Em tempos houve alguém que disse aqui que eu não era de cá. E é verdade, não nasci cá.*

*Mas sabem qual a diferença entre mim e os Srs de Caria que estão desse lado? É que irei sempre lutar de corpo e alma pela Freguesia de Caria.*

*E a Nossa terra está acima de qualquer cor política, a honestidade e lealdade não se compra, nasce connosco.*

*Agora façam o que a Vossa consciência disser e se tem sido correta a postura que têm tido como Nosso Povo.*

*Eu tinha vergonha.*

*E se lhes der interesse, continuem a alimentar esta situação.*

*Não preciso de me esconder atrás de nada, sejam homens e sentem-se à mesa para conversar.*

*Agora, façam uma reunião de 5 minutos e metam a mão na consciência e pensem se é justo o que irão votar.*

*Termino.”*

*O Senhor Deputado Luís António (PS), tomou a palavra e referiu que iria falar deste assunto como Deputado Municipal, pois quando falava de certos assuntos nas Sessões de Assembleia Municipal, não era para atacar ninguém. Aludiu que como se dizia na gíria, não era para “lavar roupa suja”.*

*Salientou que no presente ponto da ordem de trabalhos, o que estava em causa era a apreciação do mesmo.*

*Mencionou que este “imbróglio”, surgiu porque alguém tinha colocado um cartaz e que não tinha tido a coragem de o assinar, por isso ser um cartaz anónimo. Referiu que o mesmo tinha colocado em causa a Câmara Municipal de Belmonte, que era o proprietário da Piscina, e que para isso não era preciso ter muitos conhecimentos académicos.*

*Asseverou que o que estava em causa era defender os interesses da população e de pôr o equipamento para o qual tinha sido concebido a funcionar e ao serviço das populações, pois tudo o resto eram questões meramente administrativas e especulativas*

*Referiu o que é que lhes interessava a eles que o Executivo fosse bom ou mau, uma vez que o mesmo tinha sido eleito pelo povo e era um Executivo multicolor, pois não era só apenas de uma cor política e que tinham votado por unanimidade, no sentido de salvaguardar os interesses das populações e de colocar o equipamento ao serviço das mesmas, e que isso tinha sido garantido e era isso que iria acontecer.*

*Aludiu que o Executivo tinha agido de forma eficaz, dado o curto espaço de tempo que havia, de forma a abrir a piscina no dia 29 de junho de 2024.*

*Mencionou que quando diziam que era um assalto, o mesmo não era verdade, pois o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Silvério Quelhas, não tinha querido entregar as chaves a quem lhe as tinha solicitado. Portanto o proprietário neste caso a Câmara Municipal de Belmonte, é que mandava, pois na altura tinha cedido à Junta de Freguesia de Caria, porque quis, sendo que não o tinha de fazer nem para a Junta de freguesia de Caria, nem para a Junta de Freguesia de Belmonte, uma vez que até podia a Câmara Municipal de Belmonte, ter ficado a tomar conta das piscinas. Porém e para que as Juntas de Freguesia tivessem mais uma fonte de rendimento a Câmara Municipal tinha-lhes entregado as piscinas. Todavia, ao colocarem o cartaz e ao porém em causa que as piscinas não pudessem abrir, era a Câmara Municipal de Belmonte que iria ficar mal vista.*

*Para terminar deu os parabéns ao Executivo por ter agido em tempo útil e de ter colocado o equipamento a funcionar.*

*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, para responder a todas as questões que tinham sido apresentadas.*

*O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.*

*“Relativamente a este ponto quero em primeiro lugar fazer um enquadramento daquilo que são as tão faladas transferências de competência, já que muito se tem escrito e dito e a realidade é que pelo que tenho visto a população parece não ter percebido o que são.*

*A Câmara deu instruções a DGAL para transferir mensalmente o valor de 13.750€, valor esse que é recebido sem qualquer tipo de atraso pela Junta de Freguesia ao dia 15 de cada mês, perfazendo um total anual de 165.000€. Dinheiro esse que tem como finalidade e obrigatoriedade ser aplicado naquilo que foram as competências que eram da Câmara e que se passaram para a Junta juntamente com este pacote financeiro.*

*O dinheiro serviria para:*

- Gestão e manutenção dos espaços verdes*
- Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros*
- Manutenção, reparação, substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público*
- Manutenção e gestão corrente de mercados*
- Realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação, manutenção dos espaços envolventes a esses edifícios.*
- Limpeza urbana*

*E são estas as competências que foram transferidas juntamente com o pacote financeiro dos 165.000€.*

*Já no que diz respeito a - Manutenção Cemitérios e Caminhos rurais, essas são competência e responsabilidade das Juntas.*

*Quero reforçar e deixar claro que com pacotes financeiros diferentes e adequados a realidade das freguesias, os valores são transferidos para as juntas todos os meses, retirados do orçamento Municipal diretamente pela DGAL religiosamente ao dia 15 de cada mês.*

*No que diz respeito a piscina municipal de Caria e a decisão tomada pelo Executivo e trazida hoje a esta Assembleia quero esclarecer o seguinte.*

*A decisão não foi tomada de animo leve, nem teve nenhuma intenção política ou outra qualquer intenção que não assegurar que a piscina de Caria abria, como irá abrir*

*em perfeitas condições de limpeza e segurança na data prevista e acordada, ou seja amanhã dia 29 de junho.*

*A nossa decisão foi consciente e no seguimento de vários alertas que não poderiam deixar a Câmara indiferente, ao longo das últimas semanas, foram várias as formas de comunicação entre a Junta e a Câmara como por exemplo na troca de informação sobre o preço dos bilhetes que remataram com “Agradeço o envio dos valores para, caso a piscina abra, mandarmos fazer os bilhetes”, num mail anterior diziam “lembro que a Piscina de Caria ainda não reúne condições para a sua abertura”, o culminar foi a colocação de uma placa onde se pedia desculpa pela não abertura da piscina por falta de manutenção por parte da Câmara, poderá nem ter sido a Junta, isto faz-me lembrar a história do Pedro e do Lobo, ele mentiu tantas vezes que quando era verdade ninguém acreditou nele.*

*O que estava em falta por parte do Município era a colocação da nova areia, já que a anterior tinha sido retirada, assim como a colocação de uns difusores para tratamento da água da piscina, processo esse que já foi tratado e que demorou uma manhã a ser feito e que não impossibilitava que fossem feitos os trabalhos que eram da competência da Junta de Freguesia, e que não tinha sido feitos, como era o caso de despejar e limpar a piscina e tanques, o seu enchimento e tratamento, o corte de relva e tratamento da área envolvente a piscina, a limpeza dos balneários, dos pavimentos e equipamentos da piscina, bar e zona envolvente ao mesmo.*

*O que encontramos na segunda-feira de manhã foi uma piscina ao abandono em que o único trabalho que tinha sido efetuado tinha sido o corte do bucho que dá para a estrada, todos estes trabalhos da responsabilidade da Junta de Freguesia, não dependiam do Município para nada e volto a frisar não tinham sido feitos, o que também nos levou a pensar que realmente a intenção da Junta era mesmo a de não abrir a piscina.*

*Quero concluir a minha intervenção com uma mensagem, independentemente de quem gere a piscina, julgo que o importante é que a mesma está pronta para abrir com as condições necessárias de limpeza e segurança necessárias para que toda a população possa usufruir daquele espaço maravilhoso que deve orgulhar os carienses e o concelho de Belmonte.*

*Vamos deixar-nos de medir egos e colocar a população acima de qualquer questão, o concelho é de todos nós, o nosso intuito (Câmara) e certamente e vosso (Junta) é trabalhar para que cada vez as condições de vida sejam melhores e neste caso específico o importante é que amanhã as piscinas estejam abertas.”*

*O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou a palavra e dirigiu-se ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, aludindo que tinha sido feito um pedido de exclusão deste ponto da ordem de trabalhos, pelo que solicitava que o mesmo fosse a votação.*

*Referiu que não era possível com boa-fé, assumir-se que um simples cartaz, não sabendo quem é que o tinha colocado a anunciar que não se abriria a piscina, pudesse ser tomado como uma vontade de uma entidade cuja Direção, a Presidência e o Executivo tinha sido eleito.*

*Salientou que estava a falar para o Senhor Líder da Bancada do PS, apesar do mesmo, não o querer ouvir. Frisou que tinha ouvido as suas palavras e que não era possível de boa-fé assumir que alguém tivesse colocado um cartaz, ou de alguém poder escrever numa parede, esperando assim que não o fizessem, ou de colocarem um cartaz, ou de escreverem num papel a dizer que a Câmara Municipal iria fechar. Daí não se poder tirar nenhuma conclusão acerca de quem o tinha feito.*

*Asseverou que em política não se podia reagir a quente e desta forma, sendo que aqui o Executivo tinha estado mal, assim como os Senhores Vereadores.*

*Referiu que tinha muito gosto em falar com o Senhor Vereador e que até regularmente falavam, sendo que o mesmo lhe tinha referenciado a algum tempo atrás que se tinha precipitado na análise do aumento do IMI.*

*Mencionou que estava convencido que com o bom senso que reconhecia ao Senhor Vereador, que este também estivesse arrependido dessa votação.*

*Recordou também o Senhor Vice-Presidente, que não era razoável fazer-se uma visita às instalações da piscina de forma unilateral, pois deveria ter sido acompanhado por um representante da Junta de Freguesia de Caria, e eventualmente por outra parte autónoma e independente, para se perceber o que de facto tinha sido dito. Porque não havia forma de provar que de facto o que dizia era verdade, não querendo pôr em causa a sua palavra, mas também não punha em causa a palavra da Junta de Freguesia de Caria, sendo que tinha ficado claro na intervenção do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que não havia nenhuma prova que a Junta de Freguesia de Caria, não tivesse cumprido o contrato. Portanto havia ali uma opção de se “arrepisar caminho” que era evitar que se cometesse um erro em cima de outro. Porque seguramente poderia de ali resultar processos danosos para o Município, para o concelho e para as pessoas, sendo que estava nas mãos do Executivo e da Assembleia Municipal, optar pelo bom senso, sendo que o bom senso era claramente evitar que houvesse esta votação.*

*Questionou os Senhores Deputados, se sabiam o porquê? pois as piscinas abririam de qualquer forma, como tinha dito na presente Sessão o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caria.*

*Salientou que era importante que a Câmara Municipal, percebesse também, e por isso é que a União de Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, tinham essa concessão, pois ter uma piscina aberta não era só abrir portas era também a dinâmica que as Juntas de Freguesia conseguiam imprimir a esse espaço.*

*Aludiu que seguramente quem frequentava as piscinas, não sabendo se tinha sido o caso do Senhor Vice-Presidente, o qual se tinha cruzado com o mesmo uma ou duas vezes, mas quem as tinha frequentado no ano transato, tinha percebido isso no*

*local, a dinâmica que a Junta de Freguesia de Caria tinha imprimido e isso também era uma mais-valia para a população.*

*Asseverou que a população não queria saber qual é que era a entidade administrativa que geria, a população queria era qualidade de serviço e, portanto, quem era a instituição que conseguia dar essa qualidade de serviço era a Junta de Freguesia.*

*Frisou que deixava um apelo, pois estavam na presente sala, vários Autarcas, Presidentes de Juntas de Freguesia que seguramente não gostavam que lhes fosse feito isso.*

*Mencionou que nem sequer trazia a convocatória da passada segunda-feira, pois nem sequer valia a pena. Porque tinha existido a tentativa de retirar as competências totais que o Senhor Vice-Presidente tinha descrito na presente Sessão.*

*Sugeriu que se deixasse isso para trás.*

*Apelou aos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, que estavam presentes na Sessão, que esta situação era uma machadada, quer na confiança, quer na qualidade, pois não era assim que se tratavam as pessoas, uma vez que teria de ter existido essa reunião, essa audição dos interessados, essa convocatória para uma conversa/esclarecimento.*

*Dirigiu-se ao Senhor Vice-Presidente, aludindo que existia na presente Sessão a oportunidade de se corrigir um erro e que com isso não se colocava em causa a abertura e o funcionamento regular da piscina, pelo contrário se este ponto fosse excluído, as piscinas funcionariam em segurança e com muita mais animação em prol dos interesses das pessoas, da população de Belmonte e de quem os quisesse visitar. Pelo que reforçava este apelo a todos para que pensassem bem, porque de facto era muito simples, era só evitar esta votação.*

*O Senhor Deputado Carlos Gomes (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.*

*“Neste ponto e já que o Sr. Vice-Presidente, falou aí nas transferências de competências para Caria, dizer-lhe que é voz corrente que esta semana a Câmara, esteve reunida para tirar as transferências de competências a Caria, e só não foi avante porque os Presidentes de Junta não deixaram. Pergunto se isto é verdade ou não?”*

*Depois sobre as piscinas de Caria, queria-lhe perguntar, o placar foi colocado dia 19 ou dia 20, ou seja, oito dias antes de abrirem as piscinas, adjudicaram “aquisição e aplicação de equipamentos e matérias para a piscina de Caria” no valor de 17.775,62 euros, um dia depois de lá ter sido colocado o placar, pedia-lhe algum esclarecimento.*

*Depois dizer-lhe ainda que está de parabéns pela rapidez com o segundo placar que lá apareceu, em meia dúzia de horas colocaram logo lá um placar, nas estradas e noutros problemas do concelho, não tem essa rapidez.”*

*O Senhor Deputado Humberto Barroso (PPD/PSD), tomou a palavra e referiu que pensassem bem na retirada deste ponto da ordem de trabalhos.*

*A Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra e lembrou que tinha proposto logo no início da Sessão a retirada deste ponto da ordem de trabalhos, pois a CDU não se revia de todo nestas lutas.*

*Asseverou que quando eram eleitos era para o bem da população, pelo que tinha uma proposta a fazer para além da retirada deste ponto, que era no final da Sessão, o PS, o representante da Câmara Municipal, o PSD, o representante da Junta de Freguesia, e a CDU a mediar, fazer-se uma reunião.*

*Para terminar, mencionou que a CDU era contra a centralização.*

*O Senhor Deputado José Alves (PPD/PSD), tomou a palavra e aludiu que corroborava das mesmas palavras dos Senhores Deputados António Marque e Humberto Barroso.*

*Relativamente à qualidade da água das piscinas referiu que no ano transato o que tinha visto nas piscinas de Caria era de “bradar aos céus”, sendo que a água não tinha condições para que a piscina estivesse aberta ao público.*

*Questionou aonde é que estava o delegado de saúde? Pois certamente ele tinha tido alguma palavra a dizer sobre isso. Perguntou se não teve.*

*Referiu que existiam situações que mereciam uma reflexão, porque se calhar poderia ter sido feito sob pressão, vingança, pois não sabia. Porém a imagem que passava lá para fora não era a melhor. Tendo apelado também para que se retirasse este ponto da ordem de trabalhos e se mantivessem as coisas como estavam, mas que se deveria estar atento ao que acontecesse.*

*Garantiu que este ano iria fazer visitas às piscinas e que levava o seu kit de análises, porque tinha visto muita coisa má na casa das máquinas, sendo que a areia era o problema menor. Frisou que antes não se tinham bombas doseadoras a trabalhar, e que as bombas de circulação estavam totalmente queimadas.*

*Asseverou que quando detetasse que as águas não estavam bem, não iria pedir responsabilidade à Câmara Municipal de Belmonte, mas sim à delegada de saúde.*

*Aludiu que se deveria ponderar e deixar que a Junta de Freguesia que era quem estava na proximidade ficasse a gerir as piscinas, pois não se deveriam precipitar com decisões que iriam pôr em causa muita coisa.*

*O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas, Carlos Teixeira, tomou a palavra e referiu que aquilo que estava a ouvir na sessão, e que era o grande problema era o cartaz que alguém dizia que tinha sido a Junta de Freguesia de Caria a colocá-lo e que a Junta de Freguesia dizia que não. Todavia, já toda a gente sabia quem é que o tinha feito.*

*Indagou se essas pessoas também não sabiam, que quem tinha feito o cartaz, tinha dito quem é que o tinha mandado fazer. Contudo era lógico que não tivesse sido a Junta de Freguesia de Caria a colocá-lo, porque também não tinha sido o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, que tinha ido a rebentar com as fechaduras do portão, mas que tinha sido ele a dar a ordem.*

*A Senhora Deputada Patrícia Eusébio (PS), tomou a palavra e referiu que existia um descontentamento generalizado da população de Caria, porque a piscina não iria abrir, sendo que tudo isto tinha decorrido numa semana, onde tinham existido conversas e insinuações que se não houvesse condições a piscina não abriria. O que presentemente não era isso que iria acontecer. Porque ao faltarem oito dias para a piscina abrir, a única solução, seria a mesma passar para a gestão da Câmara Municipal de Belmonte, que era a proprietária da piscina.*

*Salientou que aquilo que preocupava as populações, era a não abertura da piscina. Logo, o que se iria votar hoje era a abertura da piscina, mas o que se estava a assistir na presente Sessão, era uma preocupação de egos de quem é que iria gerir a piscina.*

*Relembrou que o que interessava a todos era que a piscina iria abrir no sábado ou no domingo, independentemente das condições atmosféricas e isso iria ser feito pelas “mãos” da Autarquia.*

*Para terminar, aludiu que durante o ano se iria avaliar se tinha sido bem ou mal feito, pois nada garantia que para o próximo ano a Junta de Freguesia de Caria, não voltasse a ficar com as piscinas.*

*O Senhor Deputado José Alves (PPD/PSD), tomou a palavra e referiu que não era uma questão de ego, mas sim uma questão de se pararem as guerras.*

*A Senhora Deputada Telma Matos (PPD/PSD), tomou a palavra e questionou quais eram os incumprimentos do protocolo e se podiam enumerá-los.*

*Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação da retirada deste ponto “Denúncia de Protocolo de Exploração das Piscinas Municipais de Caria” da ordem de trabalhos, através de braço no ar.*

*----- Concluída a votação verificaram-se **10** votos contra, da Bancada do PS, **0** abstenções e **9** votos a favor, da Bancada do PPD/PSD (8) e da Bancada da CDU (1) pelo que a retirada deste “Denúncia de Protocolo de Exploração das Piscinas Municipais de Caria” não foi aprovada por **maioria** dos presentes na votação.*

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou a palavra e referiu que não era possível votar uma ilegalidade.

A Senhora Deputada Patrícia Eusébio (PS), tomou a palavra e deu nota que tinha existido uma reunião da Comissão Permanente, a fim de se preparar esta Sessão, sendo que este assunto não tinha sido lá discutido nem tratado.

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação da “Denúncia de Protocolo de Exploração das Piscinas Municipais de Caria” através de braço no ar.

----- Concluída a votação verificaram-se **8** votos contra, da Bancada do PPD/PSD, **1** abstenção, da Bancada da CDU (1) e **10** votos a favor, da Bancada do PS (10) pelo que a “Denúncia de Protocolo de Exploração das Piscinas Municipais de Caria” foi aprovada por **maioria** dos presentes na votação.

### **3.6- Apreciação e votação da 1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2024**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a ler a certidão da deliberação do Executivo fornecida pelos serviços municipais, cujo teor se reproduz integralmente.

-----**CERTIDÃO**-----  
**ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, CHEFE DA UNIDADE TÉCNICA MUNICIPAL ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE:** -----

----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata de reunião ordinária, realizada em 20 de junho de 2024, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

#### **“A.3.2.) 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2024**

Foi presente à reunião de Câmara, para discussão e aprovação, a 1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2024, do Município de Belmonte.

O Senhor Vereador da Câmara Municipal de Belmonte, Carlos Afonso, tomou a palavra e referiu que esta revisão não era mais do que a reafectação de verbas já previstas em orçamento, de obras que agora se tinha chegado à conclusão de que não

*iriam ser executadas, reforçando desta forma a rubrica que precisavam de mais verbas orçamentais, para assim ser possível uma melhor execução orçamental, em obras com execução mais ou menos asseguradas no Município.*

*Questionou o porquê de na página dezanove estarem quatro reforços de um milhão e quinhentos mil euros.*

*Frisou que existia um reforço que não gostava, talvez por “birra” que era no valor de duzentos e setenta e dois mil euros, para os vários tipos de contratos de trabalho. Todavia, continuava a dizer que era uma brecha grande que o Município de Belmonte tinha, que era a gestão de recursos humanos.*

*Para terminar, informou que iria votar favoravelmente neste ponto.*

*O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, Dr. António Pinto Dias Rocha, tomou a palavra e referiu que esta revisão era imprescindível, para se poder levar as várias iniciativas que se tinham em frente e de se pagar o que se devia, sendo que não era tão deprimente conforme o que se falava lá fora.*

*O Senhor Vereador da Câmara Municipal de Belmonte, José Mariano, tomou a palavra e referiu que apesar do documento ter chegado atrasado, esperava que o mesmo fosse uma mais-valia e que se pudesse beneficiar dos fundos do PPR.*

#### **DELIBERAÇÃO**

***Após troca de impressões, a Câmara Municipal de Belmonte, deliberou aprovar por unanimidade, a 1ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do Ano de 2024, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12/09, e de remeter as mesmas para apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12/09.”***

*----- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autentico com selo branco em uso neste Município e Unidade Técnica Municipal Administrativa, em 26 de junho de 2024. -----*

*O Senhor Deputado Acácio Dias (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.*

*“Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos e analisado o documento que nos foi presente, verificamos um aumento do orçamento no montante 1 270 000,00 euros, sendo que o aumento da receita e da despesa têm a seguinte justificação que aqui simplificamos para melhor compreensão:*

<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (RECEITA)</b>	<b>AUMENTO</b>	<b>REDUÇÃO</b>	<b>DIDERENÇA</b>
<i>Instituto de conservação da Natureza</i>	81 000,00		
<i>Fundo de Apoio Ambiental</i>	28 000,00		
<i>Instituto de Reabilitação urbana</i>	25 000,00		
<i>Agência Portuguesa do Ambiente</i>	14 000,00		
<i>Projeto cofinanciado pela S. Social*</i>	434 000,00		
<i>Reembolso de IVA</i>	30 000,00		
<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL (RECEITA)</b>			
<i>Cooperação Técnica Financeira</i>	153 000,00		
<i>Participação Comunitária Projetos cofinanciados</i>	1 500 000,00	2 648 000,00	
<i>Serviços e Fundos Autónomos</i>	1 500 000,00		
<i>Reforço do saldo orçamental</i>	153 000,00		
<b>Total TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>3 918 000,00</b>	<b>2 648 000,00</b>	<b>1 270 000,00</b>
<b>DESPESAS CORRENTES (DESPESA)</b>			
<i>Despesas com pessoal</i>	79 500,00	35 000,00	
<i>Aquisição de Bens e Serviços*</i>	591 500,00		
<i>Juros e outros Encargos</i>	70 000,00		
<i>Transferências correntes</i>	59 000,00		
<i>Famílias</i>			
<b>DESPESAS DE CAPITAL (DESPESA)</b>			
<i>Habitação</i>	3 035 000,00		
<i>Habitação reparações</i>		10 000,00	
<i>Edifícios</i>		700 000,00	
<i>Equipamento Básico</i>		241 000,00	
<i>Bens de domínio público</i>	137 000,00	1 702 000,00	
<i>Transferências de Capital</i>		14 000,00	
<b>TOTAL DESPESAS</b>	<b>3 972 000,00</b>	<b>2 702 000,00</b>	<b>1 270 000,00</b>

Neste mapa verificamos o seguinte: Houve um aumento das participações do Estado para despesas correntes, nomeadamente do fundo ambiental e um projeto de quase meio milhão de euros destinados ao programa CLD 5G destinado ao combate ao insucesso escolar e Radar Social. Houve também um aumento nas transferências de capital através do cofinanciamento de projetos. Relativamente ao projeto CLD 5G, esperamos que esta verba seja efetivamente aplicada nesses objetivos e não para promover charme político como nalguns casos temos verificado.

Obviamente houve a contrapartida do lado da despesa com aumento dos custos com pessoal e aquisição de bens e serviços. Nos custos com pessoal houve um reforço de 79 500,00 euros e uma redução de 35 000,00 euros; coisa pouca, mas que representa aproximadamente quatro salários mínimos anuais.

*Relativamente às transferências de capital, verificamos o aumento da comparticipação de alguns projetos e a redução noutros que se encontravam orçamentados. Nada mais do que engenharia financeira.”*

*A Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.*

*“Recordando algumas coisas que afirmámos, aquando da aprovação do Orçamento, que agora se pretender rever:*

*Consideramos irrealista a previsão de 2 milhões e 182 mil euros de receita na venda de bens e serviços, como bem sublinhou o Vereador da CDU.*

*O valor do financiamento não definido para 2024, supera 1 milhão e 500 mil euros. É o caso por exemplo da requalificação da rede viária em que dos 755 mil euros previstos, 500 mil não estão definidos.*

*Continua sem valorizar, como deveria, os seus trabalhadores, onde uma vez mais não é aplicada a opção gestionária, nada se avança em termos de formação, não é aplicado o suplemento de penosidade e não se perspetiva a celebração de um ACEP – Acordo de Empregador Público, devolvendo os 25 dias de férias aos trabalhadores, e as instalações do sector operacional estão longe do que se exige para assegurar um local de trabalho condigno.*

*Um Orçamento que tem subido a fatura de água e saneamento e resíduos, e onde prevê gastar mais 25 mil euros para um “Estudo sobre o sector das águas”, que esperamos não sirva para justificar a privatização.*

*Em relação a esta revisão, o que temos?*

*Um erro na 2 página: os valores corretos são:*

*Reforço da Receita: - 3 936 000,00;*

*Anulação da Despesa: 2 648 000,00*

*Que dá efetivamente: 1.288.000,00*

*Sobre as opções de despesa,*

*Mais:*

*- Mais 3 milhões de euros na habitação, com o qual estamos obviamente de acordo;*

*- Aquisição de bens e serviços mais 598 mil euros – não sabemos a que correspondem;*

*- Trabalhos especializados mais 426 mil euros – não sabemos a que se destinam;*

*- Mais 250 mil euros nos resíduos sólidos – idem aspas;*

*- Mais 58 mil em estradas – uma gota de alcatrão no mar de buracos;*

*- Mais 50 mil euros para o estudo do sector das águas – dinheiro que deveria sim ser investido na melhoria dos serviços.*

*- Mais dinheiro para contratos emprego inserção, ou seja, mais precariedade laboral.*

*Menos:*

- 200 mil euros no Parque de Caria;*
- 45 mil euros na Conservação da Natureza;*
- 2 milhões e 115 mil euros nas funções económicas...*

*Estas não são as nossas opções, a que acresce a falta de clareza/especificação na alocação das verbas em causa, pelo que não votaremos favoravelmente.”*

*O Senhor Deputado Luís António (PS), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.*

*“Consideramos que o orçamento é um documento de previsão, e assim sendo é inteiramente compreensível que passado algum tempo da sua elaboração se verifiquem algumas diferenças do que foi orçamentado e o que foi executado.*

*“Os documentos previsionais municipais estão, durante a sua execução anual, sujeitos a alterações orçamentais se consubstanciam e constituem um instrumento de gestão orçamental permitindo a adequação do orçamento à execução orçamental ocorrendo assim despesas inadiáveis, não previsíveis ou insuficientemente dotadas, ou receitas imprevistas, nos termos do n.º 3 da Norma Contabilidade Pública n.º 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, em articulação com o ponto 8.3.1 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (que se mantém em vigor).*

*As alterações orçamentais podem ser modificativas ou permutativas, assumindo a forma de inscrição ou reforço, anulação ou diminuição ou por crédito especial.*

*A alteração orçamental permutativa é aquela que procede à alteração da composição do orçamento tanto da receita como da despesa da entidade, mantendo constante o montante global do orçamento, sendo da competência da Câmara Municipal executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar as suas alterações, nos termos do n.º 1 da alínea d) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.*

*A alteração orçamental modificativa, que no conceito anterior (POCAL), se designava como revisão, sendo aquela que procede à inscrição de uma nova natureza de receita ou de despesa não prevista no orçamento, ou da qual resulta o aumento do montante global de receita, de despesa ou de ambas, face ao orçamento que se encontra em vigor, nos termos do n.º 1 da alínea a) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.*

*É da competência da Assembleia Municipal sob a proposta da Câmara, aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, bem como as respetivas alterações orçamentais modificativas (revisões).*

*Neste sentido a 1.ª (revisão) alteração orçamental modificativa resulta na inscrição de novas rubricas, tanto na receita como na despesa.*

*A presente alteração orçamental modificativa, a regra do equilíbrio orçamental, estabelecida no artigo 40.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, o Orçamento para o ano de 2024, continua a ser cumprida.*

*Foi presente toda a documentação referente ao assunto em epígrafe.*

*Assim, a Bancada do Partido Socialista, vota favoravelmente a primeira Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para o ano de 2024, nos termos da alínea c) do número 1 do artigo 33º, do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.”*

*Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação da “1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2024” através de braço no ar.*

*----- Concluída a votação verificaram-se 0 votos contra, 9 abstenções, da Bancada do PPD/PSD (8) e da Bancada da CDU (1) e 10 votos a favor, da Bancada do PS (10) pelo que a “1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2024” foi aprovada por maioria dos presentes na votação.*

### **3.7- Apreciação e votação das Contas Consolidadas do Município de Belmonte 2023**

*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a ler a certidão da deliberação do Executivo fornecida pelos serviços municipais, cujo teor se reproduz integralmente.*

**-----CERTIDÃO-----**  
**ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, CHEFE DA UNIDADE TÉCNICA MUNICIPAL ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE: -----**

*----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata de reunião ordinária, realizada em 20 de junho de 2024, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----*

#### **“A.3.3.) CONTAS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO DE BELMONTE 2023**

*Foram presentes à reunião de Câmara, os documentos do Relatório das Contas Consolidadas 2023 do Grupo Municipal, sobre os quais foram tecidas algumas considerações e prestados alguns esclarecimentos sobre as referidas contas.*

*O Senhor Vereador da Câmara Municipal de Belmonte, Carlos Afonso, tomou a palavra e referiu que o documento estava bem elaborado. Todavia, o mesmo tinha um saldo negativo de um milhão e trezentos e setenta e cinco mil euros.*

*Aludiu que uma das coisas que não tinha noção e pelo qual tinha ficado bastante alarmado, foi o facto de o COVID e as guerras, estarem a pesar nos bolsos dos portugueses e do Município.*

*Salientou negativamente o facto de que os juros passaram de cento e doze mil euros para duzentos e vinte e seis mil euros, ou seja, um aumento superior a 100%.*

### **DELIBERAÇÃO**

***A Câmara Municipal de Belmonte, deliberou com os votos favoráveis do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e do Senhor Vereador José Mariano e a abstenção do Senhor Vereador Carlos Afonso, os documentos do Relatório das Contas Consolidadas 2023 do Grupo Municipal e remeter os mesmos, para apreciação e votação da Assembleia Municipal.”***

*----- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autentico com selo branco em uso neste Município e Unidade Técnica Municipal Administrativa, em 26 de junho de 2024. -----*

*A Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.*

*“Reafirmando o teor das declarações de voto que fizemos em relação às contas da Câmara Municipal e da Empresa Municipal, e que as Contas Consolidadas confirmam.*

*O documento suscita algumas questões, sobre as quais é importante ouvir a opinião do Presidente da Câmara:*

*1. Qual a intervenção neste momento da Câmara Municipal no Parkurbis, que continua a acumular prejuízos?*

*Qual é a avaliação que faz dessa participação?*

*2. No final de 2023, o prazo médio de pagamentos do Município era de 104 dias...o 11º pior... não é positivo estarmos na equipa principal.*

*Tem hipótese de melhoria?”*

*O Senhor Deputado Luís António (PS), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.*

*“É presente à Assembleia Municipal a prestação de contas consolidadas do grupo Autárquico do Município de Belmonte, relativo ao ano de 2023, de onde se transcreve o Relatório de Gestão: de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, “sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os Municípios, as entidades intermunicipais e as suas*

*entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”.*

*A consolidação das contas tem como objetivo apresentar, de forma verdadeira e apropriada, a situação económica e financeira do grupo Municipal, evidenciando assim, a realidade do grupo.*

*O Município de Belmonte, na perspetiva de entidade-mãe, tem de consolidar as suas contas com as entidades controladas, de forma direta ou indireta.*

*O referido controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.*

*Assim, de acordo com o estipulado no n.º 4 e no n.º 5 do artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o Município de Belmonte abarca no seu perímetro de consolidação a seguinte entidade: Empresa Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social do Concelho de Belmonte, EM. e Parkurbis – Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã, S.A.E.M.*

*A informação de carácter contabilístico produzida individualmente é considerada suficiente para revelar a situação económica e financeira de cada uma delas, mas não permite traduzir, de uma forma verdadeira e apropriada, a situação económica e financeira do grupo enquanto agregado.*

*Assim, surge a necessidade de se proceder à consolidação de contas, sendo o método integral o utilizado, uma vez que o Município de Belmonte é detentor de uma percentagem de 100% da referida Empresa Municipal.*

*As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP), o que permite uniformizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, com uma aproximação ao sistema contabilístico aplicados no contexto do setor empresarial local, o SNC.*

*Assim e dando continuidade ao nosso sentido de voto aquando da aprovação das contas do Município de Belmonte, votamos favoravelmente as contas consolidadas do grupo Municipal, relativas ao exercício económico de 2023.”*

*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, para responder a todas as questões que tinham sido apresentadas.*

*O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e informou a Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), que relativamente ao Parkurbis, não tinha muito a dizer, pois nestes anos todos, apenas tinha sido convocado para uma reunião.*

Quanto aos pagamentos, aludiu que o Município tem feito um esforço, sendo que os pagamentos têm sido feitos a noventa dias e os pagamentos a fornecedores do concelho e pequenos montantes têm sido feitos a trinta dias.

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação das “Contas Consolidadas do Município de Belmonte 2023” através de braço no ar.

----- Concluída a votação verificaram-se **0** votos contra, **9** abstenções, da Bancada do PPD/PSD (8) e da Bancada da CDU (1) e **10** votos a favor, da Bancada do PS (10) pelo que as “Contas Consolidadas do Município de Belmonte 2023” foram aprovada por **maioria** dos presentes na votação.

### **3.8- Apreciação e votação da revisão de preços de entradas das Piscinas Municipais 2024**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a ler a certidão da deliberação do Executivo fornecida pelos serviços municipais, cujo teor se reproduz integralmente.

-----**CERTIDÃO**-----  
**ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, CHEFE DA UNIDADE TÉCNICA MUNICIPAL ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE:** -----

----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata de reunião ordinária, realizada em 16 de maio de 2024, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

#### **“A.3.4.) UNIÃO DE FREGUESIAS DE BELMONTE E COLMEAL DA TORRE – REVISÃO DE PREÇOS DE ENTRADAS PISCINAS MUNICIPAIS DE BELMONTE 2024**

Foi presente à reunião de Câmara, pela União de Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, a revisão dos preços das entradas nas Piscinas Municipais de Belmonte, para o ano de 2024.

O Senhor Vereador da Câmara Municipal de Belmonte, Carlos Afonso, tomou a palavra e referiu que a gestão das Piscinas Municipais de Belmonte tinha dado lucro no ano transato, logo não via a necessidade de se aumentar o valor das entradas para a piscina. Logo o seu voto seria contra.

## **DELIBERAÇÃO**

**A Câmara Municipal, deliberou com os votos favoráveis do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Dr. Paulo Borralhinho e do Senhor Vereador José Mariano e o voto contra do Senhor Vereador Carlos Afonso, o valor de 2,50€ para a entrada de pessoas maiores de 18 anos nas Piscinas Municipais de Belmonte, sendo que os restantes valores teriam de ser revistos de acordo com o valor base dos 2,50€.”**

----- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autentico com selo branco em uso neste Município e Unidade Técnica Municipal Administrativa, em 26 de junho de 2024. -----

A Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra e aludiu que achava que os valores a praticar eram elevados. Tendo sugerido que deveriam existir outros preços, nomeadamente para quem estivesse a usufruir da piscina só no período da manhã, ou no período da tarde ou o dia todo.

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação da “revisão de preços de entradas das Piscinas Municipais 2024” através de braço no ar.

----- Concluída a votação verificaram-se **1** voto contra, da Bancada da CDU, **0** abstenções, e **18** votos a favor, da Bancada do PS (10) e da Bancada do PPD/PSD (8), pelo que a “revisão de preços de entradas das Piscinas Municipais 2024” foi aprovada por **maioria** dos presentes na votação.

### **3.9- Apreciação e votação do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PAPERSU)**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a ler a certidão da deliberação do Executivo fornecida pelos serviços municipais, cujo teor se reproduz integralmente.

-----**CERTIDÃO**-----  
**ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, CHEFE DA UNIDADE TÉCNICA MUNICIPAL ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE:** -----

----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata de reunião extraordinária, realizada em 24 de junho de 2024, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

## **“1 - PLANO ESTRATÉGICO PARA OS RESÍDUOS URBANOS (PAPERSU)**

*Foi presente à reunião de Câmara, o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PAPERSU).*

*O PAPERSU 2030 do Município de Belmonte recomenda a implementação de 11 medidas, estruturadas em três eixos – Prevenção, Gestão de Recursos e Operacionalização – comungando dos mesmos eixos e objetivos vertidos no PERSU 2030, os quais procuram dar uma resposta integrada aos ambiciosos desafios impostos pela legislação comunitária e nacional.*

*Alinhado com a política e a estratégia nacional e comunitária do setor dos resíduos urbanos, o PAPERSU 2030 procura contribuir para os objetivos e metas assumidas nesta matéria, sob premissas de transição para uma economia circular, gestão eficiente de recursos e ação climática (rumo à descarbonização), aliada à transformação digital dos serviços públicos.*

*Em consonância com as premissas anteriormente referidas, alterar o paradigma da gestão dos RU no concelho de Belmonte constitui o desígnio fundamental deste instrumento. Urge, conforme reconhece o PERSU 2030, apostar, de forma integrada, em três linhas de ação:*

***Prevenção:*** *reduzindo a produção e perigosidade dos RU no território concelhio;*

***Gestão de Recursos:*** *promovendo a recolha seletiva e tratamento adequado dos diferentes fluxos de resíduos (priorizando a separação ou tratamento na origem de resíduos valorizáveis em detrimento da sua recolha / deposição indiferenciada); e assegurando a valorização dos resultantes do tratamento dos RU;*

***Operacionalização:*** *reforçando os instrumentos económico-financeiros; assegurando a sustentabilidade económica e a capacitação do sector; e comunicando o monitorizando o plano.*

*Alicerçado nestes três eixos, é preconizado um plano de ação consubstanciado em 11 medidas de natureza complementar, num investimento total de 1.416.997 euros até 2030.*

### **DELIBERAÇÃO**

***A Câmara Municipal deliberou aprovar por unanimidade, o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PAPERSU) e de remeter o mesmo para apreciação e votação da Assembleia Municipal.”***

*----- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autentico com selo branco em uso neste Município e Unidade Técnica Municipal Administrativa, em 26 de junho de 2024. -----*

*A Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.*

*“A elaboração deste documento sofreu um atraso significativo.*

*Rejeitamos a privatização dos serviços municipais, e da Resiestrela, cujas tarifas não têm parado de subir, assim como da Taxa de Gestão de Resíduos, cada vez mais incomportável para os Municípios – em Belmonte já são 60 mil euros – com uma subida de 218% em 4 anos.*

*Reafirmar que o caminho não é penalizar os municípios e as populações, agravando o custo de vida.*

*Também, a possibilidade de participação pública na elaboração do PAPERSU foi mediante inquérito online, mas nem todos têm computador.... Talvez este seja um aspeto a rever no futuro.”*

*A Senhora Deputada Telma Matos (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.*

*“A 1 de janeiro de 2024 entrou em vigor a obrigatoriedade da recolha de bioresíduos em todos os Municípios no âmbito da diretiva - quadro dos resíduos da União Europeia, onde são estabelecidas as metas para a reciclagem de resíduos urbanos.*

*No entanto e até 2030 as tarifas de resíduos para o setor doméstico continuarão a ser indexado ao consumo da água e não o cumprimento até ao mês de Julho de 2026 como inicialmente previsto.*

*A cobrança da tarifa de resíduos na fatura da água não reforça os princípios da justiça tarifária, por um lado, não valoriza quem a seleção dos seus resíduos faz e não penaliza quem mais lixo produz. A justiça será sempre a do poluidor/pagador.*

*No concelho de Belmonte, infelizmente 87% do volume de resíduos recolhidos é indiferenciado e desse 40% são bioresíduos que podiam ser aproveitados para composto.*

*Tendo em conta os baixos níveis de recolha seletiva de resíduos e os custos e dificuldades do município analisados e descritos no plano apresentado face à estratégia Nacional PERSU 2030, seria vantajoso iniciar a recuperação dos custos por um Sistema PAYT – “pague por aquilo que deita fora”.*

*Adoção de um sistema poluidor/pagador vai, não só permitir um sistema mais justo de tarifação de resíduos em função dos resíduos indiferenciados como diminuirá a quantidade de indiferenciados favorecendo os níveis de Reciclagem.*

*Bem sabemos que mudar mentalidades será difícil e resistências à mudança serão muitas, mas só assim a consciência mudará a relação a uma gestão eficiente de resíduos.*

*O processo de informação e de sensibilização junto de todos os cidadãos é pertinente para demonstrar a vantagem da separação de resíduos e recolha de bioresíduos.*

Quando consultamos a qualidade dos serviços do Município de Belmonte dados da ERSAR, constatamos que a lavagem dos contentores de indiferenciados é insatisfatória mesmo sendo boa a sua acessibilidade física.

Uma eficaz disponibilização de contentores em número e elevados níveis de limpeza são essências para uma prestação do serviço e incentivar a recolha de todos os resíduos.”

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação do “Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PAPERSU)” através de braço no ar.

----- Concluída a votação verificaram-se **0** votos contra, **0** abstenções, e **19** votos a favor, da Bancada do PS (10), da Bancada do PPD/PSD (8) e da Bancada da CDU (1), pelo que o “Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PAPERSU)” foi aprovado por **unanimidade** dos presentes na votação.

### **3.10- Para conhecimento - Pedido de Contrato de Comodato entre o Município de Belmonte e a CCC - Associação Cinema, Cultura e Ciência - Exploração, com execução de obras do piso inferior da Loja do Cidadão**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a ler a certidão da deliberação do Executivo fornecida pelos serviços municipais, cujo teor se reproduz integralmente.

-----**CERTIDÃO**-----  
**ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, CHEFE DA UNIDADE TÉCNICA MUNICIPAL ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE:** -----

----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata de reunião extraordinária, realizada em 24 de junho de 2024, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

### **“2 - PEDIDO DE CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE BELMONTE E A CCC - ASSOCIAÇÃO CINEMA, CULTURA E CIÊNCIA - EXPLORAÇÃO, COM EXECUÇÃO DE OBRAS DO PISO INFERIOR DA LOJA DO CIDADÃO**

Foi presente à reunião de Câmara, pela CCC - Associação Cinema, Cultura e Ciência, no dia 23 de junho de 2024, o interesse em estabelecer uma parceria com a Câmara Municipal de Belmonte, visando a exploração do espaço Municipal localizado

*no Largo dos Bombeiros Voluntários, no piso inferior da Loja do Cidadão.*

*A proposta tem como objetivo a criação da Innovation Factory – Ignite Belmonte, um projeto inovador que visa transformar o referido espaço num polo dinâmico de empreendedorismo e inovação.*

*O acordo de comodato seria pelo período de vinte anos, o que lhes permitiria desenvolver e gerir esse espaço de forma sustentável e benéfica para o Município de Belmonte.*

*A intervenção no espaço / piso inferior da Loja do Cidadão incluirá:*

- a) Requalificação completa do espaço existente, incluindo modernização das instalações elétricas, de rede e climatização;*
- b) Criação de um espaço de trabalho partilhado com capacidade para vinte postos de trabalho, equipados com mobiliário ergonómico e tecnologia de ponta;*
- c) Implementação de seis boxes para instalação de empresas com componente de produção, adaptáveis às necessidades específicas de cada projeto;*
- d) Foco em áreas-chave: cultura, ciência, turismo, tecnologia, ambiente e sustentabilidade, com espaços dedicados a cada vertente;*
- e) Instalação de casas de banho de acesso público para visitantes de Belmonte, incluindo instalações adaptadas para pessoas com mobilidade reduzida;*
- f) Criação de uma área de convívio e networking, promovendo a interação entre empreendedores e a comunidade local.*

*O Senhor Vereador da Câmara Municipal de Belmonte, Carlos Afonso, tomou a palavra e salientou, que só concordaria com esta cedência de comodato se lhe fosse garantido, que esta não inviabilizava a construção dos sanitários públicos, cujo a Câmara já tinha projeto aprovado. Perguntando diretamente ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se seria um fato a construção dos sanitários públicos o que lhe foi dito que sim como constava no projeto.*

### **DELIBERAÇÃO**

***A Câmara Municipal deliberou aprovar por unanimidade, o pedido de Contrato de Comodato entre o Município de Belmonte e a CCC - Associação Cinema, Cultura e Ciência e de remetê-lo para a Assembleia Municipal para conhecimento.”***

*----- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autentico com selo branco em uso neste Município e Unidade Técnica Municipal Administrativa, em 26 de junho de 2024. -----*

*O Senhor Deputado José Alves (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.*

*“Foi trazido a esta Assembleia, para conhecimento, um pedido de contrato de comodato por 20 anos, para a instalação de uma Associação, da qual pouco ou nada sabemos.*

*Sabemos que a dita Associação foi criada em 15 de abril deste ano.*

*A mesma apresenta uma memória descritiva incoerente, genérica e ambígua, genérica e muito vaga, que assenta em pressupostos duvidosos e sem objetivos e medidas concretas de ação.*

*Poderá ser efetivamente uma boa aposta, mas compete ao Executivo Municipal investigar a ideia apresentada e estabelecer um caderno de encargos com obrigações e deveres, por forma a não correremos riscos com o dinheiro dos Municípios, cabendo ao Executivo sob a tutela do Senhor Presidente ser responsável pela sua boa gestão.*

*Temos no entanto, a obrigação como órgão de fiscalizador da ação do Executivo, alertar para os riscos e evitar que se cometam atos que podem vir a prejudicar o Município.”*

*O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.*

*“Da leitura da documentação distribuída, apenas identificar um conjunto vago de intenções, de fazer tudo, sem suporte financeiro, e sem suporte nas melhores práticas e na literatura, nomeadamente no que diz respeito ao empreendedorismo. Sr. Vice-Presidente, receio que se esteja a trocar casas de banho públicas pela cedência de um espaço de 600m<sup>2</sup> por 20 anos. A uma Associação criada há 2 ou 3 meses.*

*As incubadoras de empresas competem cada vez mais pelas empresas, e o ecossistema de inovação tem de lhes ser garantido. Nesta proposta, as empresas têm de pagar, não vêm nenhuma ligação formada a um centro empreendedor ou de ciência, nem universitário nem outro, e ainda por cima irão partilhar o espaço com uma instalação sanitária pública.*

*A ser concedido o contrato de comodato, nunca deverá ser feito pelo período de 20 anos, e impõe-se fazer uma concretização dos objetivos, a calendarização das medidas (com que base aparecem os 50 postos de trabalho?), a definição das compensações em caso de incumprimento. Sr. Vice-Presidente, deverá ser feito comodato a administração com os salários previstos na proposta? Somos, como sempre fomos, a favor da iniciativa, da dinâmica, do acolhimento de ideias inovadoras, de criação de emprego e de riqueza no concelho. Esta proposta ainda está longe de mostrar que será tudo isso.”*

*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, para responder a todas as questões que tinham sido apresentadas.*

*O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e informou que o Executivo tinha achado que este ponto deveria ir à presente Sessão de Assembleia Municipal para conhecimento.*

*Deu ainda nota, que tinha solicitado uma reunião com esta Associação, a fim de serem esclarecidos alguns pontos, assim como também lhes tinha transmitido as implicações para se avançar com este protocolo, sendo que as implicações seriam de cumprir escrupulosamente o protocolo que viesse a ser feito, pois tinha sido algo discutido na reunião do Executivo.*

*Frisou que tinha de ter data de início e de fim e que os objetivos tinham de estar bem delineados.*

*A Assembleia Municipal, **tomou conhecimento** do Pedido de Contrato de Comodato entre o Município de Belmonte e a CCC - Associação Cinema, Cultura e Ciência - Exploração, com execução de obras do piso inferior da Loja do Cidadão.*

*O Senhor Deputado David Canelo (PS), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.”*

*“Sem desprimor algum pelas intervenções de todos os Membros desta Assembleia, queria salientar o ótimo desempenho e a excelente preparação que o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal revelou nesta reunião. O que revela trabalho. Muito bem.”*

*Antes de terminar a reunião o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos deliberados por votação, os quais foram aprovados por **unanimidade**.*

#### **4 - 2º Período de Intervenção do Público**

*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que tendo em conta que não houve inscrições, este período de intervenção dos Senhores Municípes ficou encerrado.*

*Nada mais havendo a tratar nesta Sessão e sendo 13:00 horas, o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão, da qual foi lavrada a presente ata que eu, Anabela Cristina Marques Gaspar Teixeira, segunda secretária da Mesa redigi e vou assinar conjuntamente com o Senhor Presidente, depois de lida e aprovada.*

*O Presidente*

*O 2ª Secretária*